

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

DESSANA PAIVA DE OLIVEIRA

**MULHERES MIGRANTES: ASSOCIATIVISMO DE HAITIANAS EM MANAUS**

MANAUS - AM  
JUNHO DE 2023

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

DESSANA PAIVA DE OLIVEIRA

**MULHERES MIGRANTES: ASSOCIATIVISMO DE HAITIANAS EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, na linha de pesquisa Espaços, memórias e configurações sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

**Orientadora:** Dra. Lucia Marina Puga Ferreira

MANAUS - AM  
JUNHO DE 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

O48m Oliveira, Dessana Paiva de.

Mulheres migrantes: associativismo de haitianas em Manaus / Dessana Paiva de Oliveira. \_ Manaus, 2023.  
89 f.: il., color.; 31 cm.

Orientadora: Lucia Marina Puga Ferreira.  
Dissertação (Mestrado) – Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas.

1. Mulheres migrantes. 2. Migrantes haitianos. 3. Haitianas em Manaus.  
4. Associativismo - migrantes. I. Ferreira, Lucia Marina Puga. II. Universidade do Estado do Amazonas. IV. Título.

CDU – 314.7

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

DESSANA PAIVA DE OLIVEIRA

### **MULHERES MIGRANTES: ASSOCIATIVISMO DE HAITIANAS EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, na linha de pesquisa Espaços, memórias e configurações sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Aprovado em: 30/06/2023

#### **Banca Examinadora**

**Prof. Dra. Lucia Marina Puga Ferreira**

Presidente

Universidade do Estado do Amazonas – PPGICH/UEA

**Dra. Márcia Maria de Oliveira**

Membro

Universidade Federal de Roraima - UFRR

**Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva**

Membro

Universidade do Estado do Amazonas – PPGICH/UEA

Dedico aos meus pais, Selma e Roberto,  
dois rios imensos de vida e amor.

## AGRADECIMENTOS

Os caminhos que me trouxeram ao mestrado foram marcados por descobertas, surpresas, alegrias, inquietações, questionamentos, coragem e perseverança. Desde que iniciei o trabalho voluntário na Pastoral do Migrante de Manaus, inúmeras pessoas foram marcantes nessa trajetória.

A Pastoral do Migrante foi o lugar onde encontrei sentido no ser advogada, no exercício da profissão na área dos direitos humanos com migrantes e refugiados. Registro aqui os mais sinceros agradecimentos aos religiosos Padre Waldecir Molinari, Irmã Santina Perin e Padre Gelmino Costa pelos exemplos de compromisso com os mais vulneráveis; à Rosana Nascimento, André Luiz e Vânia Ugarte pela amizade e apoio na caminhada.

Meus agradecimentos aos amigos queridos e companheiros de estudo Carla Kiane, Carla do Carmo (Carlinha), Júlia do Nascimento, Michel Maciel, Jefferson Bastos, Lia Mandelsberg, Mayra Zuluaga e Lauriane Oliveira que tornaram o caminho do mestrado mais leve e suave. Alex Sandro, especial carinho pelo companheirismo e amor.

À Associação Fanm Nwa e suas fundadoras pela confiança na pesquisa e trabalho diante das inúmeras adversidades enfrentadas no caminho. À Gloriane Aimable Antoine, pela amizade e exemplo de esperança.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH e todos os professores e servidores pela dedicação ao programa. À Professora e minha orientadora Lúcia Marina Puga por segurar a minha mão e acreditar na realização da pesquisa.

Aos meus queridos amigos que compartilharam momentos de felicidades ao longo da minha vida, em especial à Jessica Muniz (*in memoriam*), amiga e irmã paraense.

Aos meus pais, Selma e Roberto, com amor, por todos os caminhos percorridos juntos nesta grande aventura chamada vida.

O importante não é você ser a primeira ou primeiro,  
o importante é você abrir caminhos." (EVARISTO, 2021).

## RESUMO

O tema da migração na Amazônia desperta interesse de estudo em razão da complexidade da questão, pois envolve fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais que se entrelaçam na vida cotidiana da região, especialmente na cidade de Manaus. A última década na região amazônica foi marcada por fluxos migratórios que revelaram diversas questões que vão além da mobilidade humana, fazendo emergir demandas urgentes, políticas públicas, articulação da sociedade civil, respostas e soluções duradouras que atendam à nova realidade. A decisão de migrar envolve a escolha de romper fronteiras, desafiar governos, partir rumo ao desconhecido e ao imprevisível, buscar novas e diferentes condições de vida, realizar sonhos. O migrante é sujeito da história, enquanto se move, também move a história. A decisão de migrar envolve a escolha de romper fronteiras, desafiar governos, partir rumo ao desconhecido e ao imprevisível, buscar novas e diferentes condições de vida, realizar sonhos. Em Manaus, durante a pandemia do COVID-19, em meados de 2021, um grupo de migrantes haitianas começou um processo de associativismo, com reuniões periódicas e atividades culturais e educacionais que culminou com a decisão coletiva de formar uma associação: a Associação *Fanm Nwa* - Mulheres Imigrantes e Refugiados Empoderados, formada por mulheres migrantes haitianas negras, residentes em Manaus há mais de cinco anos, comprometidas com melhores condições de vida para a comunidade da qual fazem parte. A experiência migratória de mulheres negras possui características específicas que necessitam do estudo interseccional que considere o gênero, a raça, a classe, a identificação de redes de apoio e a compreensão do impacto da mobilidade na vida dessas mulheres, pois os estudos migratórios com este enfoque revelam e denunciam as vulnerabilidades vivenciadas por elas. A pesquisa tem o objetivo de compreender como o processo de associativismo de mulheres migrantes, especialmente haitianas na cidade de Manaus, fortaleceu a luta de direitos e revelou a possibilidade do protagonismo de mulheres migrantes na sociedade de acolhida por melhores condições de vida.

**Palavras-chave:** Migração; Mulheres migrantes; Haitianas; Associativismo.

## ABSTRACT

The issue of migration in the Amazon arouses interest for study due to the complexity of the issue, as it involves economic, social, political, cultural, and environmental factors that are intertwined in everyday life in the region, especially in the city of Manaus. The last decade in the Amazon region was marked by migratory flows that revealed several issues that go beyond human mobility, giving rise to urgent demands, public policies, civil society articulation, answers and lasting solutions that meet the new reality. The decision to migrate involves the choice to break borders, challenge governments, go into the unknown and the unpredictable, seek new and different living conditions, fulfill dreams. The migrant is the subject of history, as he moves, he also moves history. The decision to migrate involves the choice to break borders, challenge governments, go into the unknown and the unpredictable, seek new and different living conditions, fulfill dreams. In Manaus, during the COVID-19 pandemic, in mid-2021, a group of Haitian migrants began a process of associativism, with periodic meetings and cultural and educational activities that culminated in the collective decision to form an association: the Fanm Nwa Association - Empowered Immigrant Women and Refugees, formed by black Haitian migrant women, living in Manaus for more than five years, committed to better living conditions for the community of which they are a part. The migratory experience of black women has specific characteristics that require an intersectional study that considers gender, race, class, identification of support networks and understanding of the impact of mobility on these women's lives, as migratory studies with this focus reveal and denounce the vulnerabilities experienced by them. The research aims to understand how the process of associativism of migrant women, especially Haitians in the city of Manaus, strengthened the struggle for rights and revealed the possibility of the role of migrant women in the host society for better living conditions.

**Keywords:** Migration; Migrant women; Haitians; Associativism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Identidade Visual da Associação Fanm Nwa .....	35
Figura 2 – Cartão de Visita e Imagem para documentos institucionais .....	35
Figura 3 – Design do crachá da Associação .....	38

## LISTA DE SIGLAS

<b>ACNUR</b>	Agência da ONU para Refugiados
<b>ATHAM</b>	Associação de Trabalhadores Haitianos no Amazonas
<b>BNM</b>	Escritório Nacional de Migração ( <i>Bureau National de la Migration</i> )
<b>CEPA</b>	Comitê de Ética em Pesquisa
<b>CETAM</b>	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNIg</b>	Conselho Nacional de Imigração
<b>Conare</b>	Comitê Nacional para os Refugiados
<b>ESAT/ UEA</b>	Escola de Artes e Turismo da UEA
<b>ESPI</b>	Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FAS</b>	Fundação Amazônia Sustentável
<b>Conare</b>	Comitê Nacional para os Refugiados
<b>COVID-19</b>	<i>Coronavirus disease 2019</i>
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Cone Sul
<b>MINUSTAH</b>	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
<b>MHVE</b>	Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior
<b>MVSN</b>	Milícia de Voluntários da Segurança Nacional
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>OSs</b>	Organizações Sociais
<b>OSCIPs</b>	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PPP</b>	Parceria Público-Privada
<b>RR</b>	Resolução Recomendada
<b>SPM</b>	Serviço Pastoral do Migrante
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>UFAM</b>	Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 HISTÓRICO DA CHEGADA DE MIGRANTES HAITIANOS AO BRASIL .....</b>	<b>19</b>
2.1 Os caminhos da migração haitiana .....	19
2.2 Os desencantos com o Brasil .....	25
2.3 Acolhida: o desafio da Pastoral do Migrante.....	32
<b>3 ASSOCIATIVISMO DE MULHERES MIGRANTES .....</b>	<b>41</b>
3.1 Mulheres em mobilidade.....	41
3.2 Associações Civas e participação democrática .....	45
3.3 Caminhos para a construção da cidadania de mulheres .....	55
<b>4 VOZES HAITIANAS.....</b>	<b>63</b>
4.1 As vozes que se erguem .....	63
4.2 A Associação Fanm Nwa.....	68
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da migração na Amazônia desperta interesse de estudo em razão da complexidade da questão, pois envolve fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais que se entrelaçam na vida cotidiana da região, especialmente na cidade de Manaus.

A última década na região amazônica foi marcada por fluxos migratórios que revelaram diversas questões que vão além da mobilidade humana, fazendo emergir demandas urgentes, políticas públicas, articulação da sociedade civil, respostas e soluções duradouras que atendam à nova realidade.

A decisão de migrar envolve a escolha de romper fronteiras, desafiar governos, partir rumo ao desconhecido e ao imprevisível, buscar novas e diferentes condições de vida, realizar sonhos. O migrante é sujeito da história, enquanto se move, também move a história.

Conforme ensinamento de Castiglioni (2009), a migração é um processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos. Para o autor, estudo da migração é relevante não só para a compreensão dos seus determinantes políticos, sociais e econômicos, como também para o conhecimento dos efeitos que ocorrem em várias esferas: o processo afeta a vida e o comportamento dos migrantes, suas famílias e suas redes parentais e comunitárias, e, em termos da estrutura da sociedade, por seu caráter bilateral, a migração provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social das comunidades de partida e de chegada dos migrantes.

Diz o citado autor, que o estudo da migração representa um grande desafio, e somente pesquisas específicas permitem apreender esse componente em uma dimensão mais ampla.

Em janeiro de 2020, o terremoto que assolou e destruiu o Haiti completou dez anos e com ele, dez anos de uma migração forçada de dezenas e centenas de haitianos e haitianas para outros países da América Latina, dentre eles o Brasil, configurando a chamada migração sul-sul. Vários fatores contribuíram para a chegada destes migrantes: as relações Brasil-Haiti anteriores ao terremoto, o endurecimento das políticas migratórias dos países do norte que dificultaram a entrada dos migrantes vindos dos países do sul, a promessa de emprego no Brasil diante das obras da Copa de 2014.

Destaca-se a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) liderada pelo Brasil, entre os anos de 2004 a 2017, fato que aproximou os laços entre os dois países. À época do terremoto de 12 de janeiro de 2010 ainda vigorava o Estatuto do Estrangeiro – Lei n.º 6.815/1980 (BRASIL, 1980) - com forte fundamento no princípio da segurança nacional, colocando o migrante como uma ameaça que vem de fora. Até 2010, o Brasil não era

um dos destinos escolhidos para cidadãos haitianos emigrar. Porém, a resposta e a solução jurídica para a entrada de haitianos no Brasil, ainda que tardia, vieram por meio da Resolução Normativa N. 97, de 12 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012), que facilitou a entrada de centenas de haitianos pelas fronteiras do estado do Amazonas e do Acre.

A partir daquela data, o Brasil passou a conceder os vistos para entrada em seu território por meio de sua Embaixada em Porto Príncipe, conforme registrou Costa (2016). Enquanto o Estado do Acre tornou-se um lugar de passagem, a porta de entrada de dezenas de haitianos para o Brasil, a cidade de Manaus destacou-se como um lugar de recomeços, onde dezenas de famílias haitianas permaneceram, iniciando assim uma nova fase de desafios, dificuldades, esperanças.

Em notícia veiculada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do ano de 2015, o órgão informou a presença de cerca de 70 mil haitianos em território brasileiro que poderiam se beneficiar da solicitação de residência no Brasil.

Por sua vez, o Relatório Anual 2021 do Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021) aponta que na década de 2010 foram registradas no Brasil 700 mil solicitações da categoria de “temporários”, 265 mil residentes e pouco mais e 15 mil “fronteiriços”, destacando que os imigrantes enquadrados na categoria “temporários” foram amparados, fundamentalmente, por questões relacionadas ao Acordo de Residência do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), acolhida humanitária (número significativo de haitianos), residentes em países fronteiriços onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL. O mesmo relatório ainda informa que os venezuelanos se destacaram como a principal nacionalidade, com 95% de amparos temporários, ao passo que haitianos, segundo país de nascimento em importância registra 67% de residentes.

Na região Norte do Brasil, destacam-se as fronteiras territoriais que ao longo da década de 2010 foram as principais entradas dos migrantes no nosso país: em Roraima a porta de entrada foi o município de Pacaraima, no Amazonas o município de Tabatinga e no Acre o município de Brasileia, apenas para destacar as cidades da região Norte.

Para Rosário (2021), a migração internacional recente na Amazônia aponta para o aumento da circulação de migrantes advindos de países fronteiriços e que a mobilidade está se tornando cada vez mais de curta distância, tendo em vista o aumento de importância dos países da América do Sul em detrimento daqueles transoceânicos da Europa e Ásia. Uma vez decidido recomeçar em Manaus era necessário buscar alternativas para a permanência na cidade com algum tipo de geração de renda, emprego formal, realização de curso de língua portuguesa, fortalecimento de redes de apoio, busca por informações.

Além do novo cenário da migração sul-sul, intrarregional, destaca-se também a presença da migração feminina que relevou novos contornos e questões sociais que devem considerar o gênero nas pesquisas sobre mobilidade humana. Salienta-se, nesse contexto, o estudo da migração com o foco no gênero, o poder de decisão da mulher migrante e o associativismo como forma de fortalecimento de laços socioculturais, resistência e luta por direitos.

Nesse cenário, é importante ressaltar a organização de migrantes haitianas que chegaram e permaneceram em Manaus, aquelas que possuem as responsabilidades para a manutenção da casa, que buscam por informações, que lutam dia a dia por seus direitos, que derrubam obstáculos, que ocupam espaços, que tomaram as rédeas do próprio destino.

A Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus, cujas ações concentraram-se na Paróquia São Geraldo, teve importante atuação no acolhimento, orientação, mobilização social e apoio cultural durante os anos de chegada dos migrantes haitianos na cidade. Assim, a atuação da Pastoral resultou em doações da sociedade civil organizada, empregabilidade aos migrantes recém chegados, início das atividades da fábrica de picolé, início da casa de apoio para crianças migrantes e outras atividades que surgiram ao longo dos anos.

Neste sentido, diversas atividades culturais como a memória da festa da bandeira haitiana comemorada no dia 18 de maio, a festa da Independência do Haiti celebrada no dia 1º de janeiro, atividades de geração de renda como a implantação do atelier de costura para realização de cursos, a instalação de uma cozinha industrial, curso de artesanato e técnicas de bordado e pintura sobre tecidos.

Diante de tantas desigualdades e dificuldades na nova vida, surge a necessidade da união de esforços e forças para enfrentar um cenário difícil na sociedade local. Uma das estratégias encontradas para o enfrentamento e reivindicação de direitos foi a formação e formalização de associações, um espaço para união de laços da cultura de origem, troca de experiências e vivências, denúncias, relatos, atividades sociais, educacionais e tantas outras conforme a necessidade do grupo que decide se unir.

Em Manaus, durante a pandemia do COVID-19, em meados de 2021, um grupo de migrantes haitianas começou um processo de associativismo, com reuniões periódicas e atividades culturais e educacionais que culminou com a decisão coletiva de formar uma associação: a Associação *Fanm Nwa*<sup>1</sup>- Mulheres Imigrantes e Refugiados Empoderados,

---

<sup>1</sup> Mulher negra em creole haitiano.

formada por mulheres migrantes haitianas negras, residentes em Manaus há mais de cinco anos, comprometidas com melhores condições de vida para a comunidade da qual fazem parte.

A experiência migratória de mulheres negras possui características específicas que necessitam do estudo interseccional que considere o gênero, a raça, a classe, a identificação de redes de apoio e a compreensão do impacto da mobilidade na vida dessas mulheres, pois os estudos migratórios com este enfoque revelam e denunciam as vulnerabilidades vivenciadas por elas.

Compreender como o processo de associativismo de mulheres migrantes, especialmente haitianas na cidade de Manaus, fortaleceu a luta de direitos e revelou a possibilidade do protagonismo de mulheres migrantes na sociedade de acolhida por melhores condições de vida.

Diante desse contexto, surgem necessidades próprias de mulheres migrantes, em especial as haitianas que permaneceram em Manaus, depois do fluxo intenso de migração para a região amazônica, após o terremoto de 12 de janeiro de 2010. Estas mulheres, ao saírem de seus países, assumiram riscos e responsabilidades, fazendo surgir uma nova perspectiva sobre a migrante haitiana.

A decisão de migrar revela novos contornos e debates sobre os processos de mobilidade humana para a Amazônia, especialmente com o enfoque nas migrantes negras, pois vivenciam preconceitos e racismo diferentes de outros grupos que migram. Uma vez minimamente estabelecidas nas cidades de acolhida, uma nova fase de integração e luta por direitos se inicia. Gonzalez (2020) destaca a importância fundamental da organização da mulher negra quando se trata de um projeto de transformação social, evidenciando a questão dos modos de organização como uma questão de caráter ético e político.

Surge assim, a estratégia de organização baseada no associativismo de haitianas em Manaus, especialmente a Associação Fanw Nwa, formada por migrantes haitianas, mulheres negras que se uniram para uma atuação social e política. Social por construírem um espaço de acolhida, afeto, união, fortalecimento dos laços cultural de suas origens e, político, por se unirem na luta por melhores condições de vida, denúncias, reivindicações por acesso e igualdade de direitos.

É imperioso salientar que a associação integrante da presente pesquisa recai sobre associação de haitianas, ou seja, formada por mulheres migrantes negras e vai além das associações ou instituições para migrantes, ainda que estas constituam importantes espaços de debates sociopolítico. É o protagonismo feminino que se destaca, são as vozes femininas negras

que se erguem contra preconceitos, racismo e desigualdades, fruto de um processo histórico de conquista e luta coletiva.

Neste sentido, o processo de construção da Associação Fanw Nwa contou com a assessoria jurídica realizada por mim como Advogada da Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes junto ao grupo de mulheres haitianas, cuja líder Gloriane Aimable Antoine destacou-se com a mobilização para as reuniões, questionamentos, dúvidas, ideias, sugestões e diversas outras atividades que permitiram a realização dos objetivos coletivos.

Meu primeiro contato com os migrantes haitianos foi em 2013, quando fui à Paróquia São Geraldo com minha mãe deixar uma cesta básica para ajudar com os migrantes e fui surpreendida com uma multidão de homens, mulheres, crianças, idosos nas calçadas da Rua São Geraldo. Confesso que me senti pequena com uma cesta básica nos braços diante de tantas pessoas em vulnerabilidade e necessidades.

À época, minha mãe trabalhava no Banco do Brasil e iniciou um projeto como voluntária na Fundação Banco do Brasil, cujos beneficiários foram as migrantes haitianas. O projeto se chamou *Mãos Entrelaçadas* e desde então, já teve vários formatos e ajudou dezenas de mulheres a terem uma fonte de renda, além de contribuir para o fortalecimento da rede de apoio, intermediado pela Pastoral do Migrante.

O impacto do encontro me fez buscar informações sobre aquela situação de dezenas de migrantes haitianos em Manaus. Os caminhos que me trouxeram até o Mestrado em Ciências Humanas foram longos e quando cheguei, já tinha vivenciado uma história de voluntária e advogada junto à migrantes e refugiados na cidade.

As pesquisas por informações para compreender a migração haitiana ao Brasil me levaram a conhecer diversos autores e autoras, regionais e internacionais, que dedicaram seus esforços para compreender a mobilidade humana na América Latina e, principalmente, na Amazônia.

Em 2018, iniciei o trabalho profissional como advogada no projeto de resposta humanitária da Cáritas Arquidiocesana de Manaus em parceria com a Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (ACNUR), onde tive a oportunidade de atender dezenas de migrantes venezuelanos, especialmente mulheres em condições de vulnerabilidades, e despertar o interesse pelos estudos mais aprofundados da questão migratória recente na Amazônia.

Com o acompanhamento junto às migrantes haitianas, percebi que a organização e associação de mulheres migrantes fortalece a vida de cada uma que se compromete com a luta coletiva por melhores condições de vida, tendo em vista que a associação torna-se um lugar

seguro para troca de experiências com outras mulheres que vivenciaram e vivenciam situações semelhantes por serem mulheres, mulheres migrantes, mulheres migrantes negras.

Diante das considerações iniciais e com o aporte teórico necessário, a pesquisa possui como objetivos: a compreensão do processo de luta coletiva por direitos através do associativismo de mulheres haitianas em Manaus com a consequente caracterização do processo de associativismo das migrantes haitianas que se uniram para a formação e formalização da Associação Fanm Nwa – Mulheres Imigrantes e Refugiados Empoderados.

O primeiro capítulo apresentará o itinerário histórico da chegada dos haitianos a Manaus e a atuação da Pastoral do Migrante, um breve debate sobre a condição do migrante haitiano perante o governo brasileiro e considerações sobre os sentidos sociais da diáspora haitiana elaborada pelo Antropólogo e Professor Joseph Handerson.

O segundo capítulo apresentará as pesquisas e aportes teóricos sobre três pilares: mulheres em mobilidade, associações civis e participação democrática de mulheres migrantes e a consequente construção para a cidadania, evidenciando como os temas se entrelaçam e impactam a experiência da migrante haitiana.

O terceiro capítulo apresentará as vozes haitianas por meio da tessitura entre o apoio da sociedade civil, com destaque à atuação da Pastoral do Migrante, que por meio de suas ações proporcionou o processo do associativismo das migrantes haitianas da Associação Fanm Nwa para que pudessem protagonizar a criação da referida associação. As dificuldades enfrentadas no cotidiano da cidade de Manaus, as atividades coletivas realizadas, as parcerias celebradas para qualificação profissional, a conquista da cidadania e acesso às políticas públicas.

A conclusão apresentará as reflexões sobre as vozes femininas das migrantes haitianas em Manaus durante o itinerário realizado pela pesquisa acadêmica e trabalho de campo, possibilitado a compreensão das diversas realidades que compõem e marcam a vivência daquelas migrantes que decidiram viver em Manaus e os caminhos para o exercício da cidadania plena.

## 2 HISTÓRICO DA CHEGADA DE MIGRANTES HAITIANOS AO BRASIL

Quando chegou a hora de ela embarcar, pus meus braços ao redor de suas pernas para impedir que seus pés se movessem. Ela inclinou-se e abriu meus punhos fechados enquanto o tio Joseph puxava as costas do meu vestido, pegando minhas mãos e afastando-se dela<sup>2</sup>.

### 2.1 Os caminhos da migração haitiana

O fatídico terremoto do dia 12 de janeiro de 2010 no Haiti provocou dezenas de centenas de mortes, feridos, destruição de instituições, ausência de água potável, desespero, fome, incertezas quanto ao futuro e, naquele momento, consistiu em mais um fator de tensão interno no país e impulsionou um novo fluxo migratório, desta vez para o Brasil. Entretanto, para compreender a sociedade haitiana e a mobilidade de seus cidadãos é necessário compreender o sentido da diáspora haitiana.

Segundo Dacilien (2020), na história do Haiti, três marcos históricos merecem destaque: o primeiro aconteceu na noite de 5 a 6 de dezembro de 1492, quando colonos espanhóis invadiram o território haitiano e o transformaram em colônia, considerado o momento terrível para os nativos haitianos que foram posteriormente exterminados; poucos anos depois desse ato genocida espanhol, em 1697, foi assinado o Tratado de Ryswick em que a Espanha cedeu à França parte do território haitiano. Terceiro marco: para fazer funcionar sua nova colônia, o Haiti, a França importou negros e negras da África através do comércio triangular ou transatlântico.

O Professor e Antropólogo Handerson (2015) dedicou estudos à compreensão dos sentidos sociais da *diáspora* haitiana. Para o professor, diáspora é uma categoria organizadora do mundo, designa pessoas, qualifica objetos, dinheiro casas e ações, além de ser utilizado para designar os compatriotas residentes no exterior, mas que voltam temporariamente ao Haiti e logo retornam para o exterior. Destaca ainda que o campo semântico e polissêmico do termo está articulado por três verbos associados a *diáspora*: residir no exterior, voltar ao Haiti e retornar ao exterior.

É interessante perceber que o termo *diáspora* assume a sua identificação relacionando processo que tem início em território haitiano e se consolidam com a partida para outros países, a mobilidade que pertence às vivências de cidadãos haitianos que partem de seu país. Neste

---

<sup>2</sup> Trecho do livro Adeus, Haiti da escritora haitiana Edwidge Danticat (2010).

sentido, Handerson (2015) apresenta o termo como uma categoria prática, segundo qual há uma junção de sentidos políticos, econômicos, morais e históricos, relativos à própria pessoa, sendo utilizado, por exemplo, como adjetivo para qualificar pessoas.

Por sua vez, Dacilien (2020) demonstra a importância da representação da saída de cidadãos haitianos pelo mundo, com a criação pelo Governo haitiano, a partir da década de 1990, de um conjunto de instituições voltadas à gestão da migração e cita como exemplo: o Escritório da Diáspora, em 1988, Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior (MHVE), em 1994, o Escritório Nacional de Migração (*Bureau National de la Migration*) (BNM), em 1995.

Para Fiorenzano e Barros (2022), o termo diáspora remete fortemente ao pertencimento a uma comunidade de origem, mas não se encerra nele. Segundo os autores, denominar uma diáspora significa reconhecer processos complexos de uma construção de subjetividades, de violências entranhadas em uma lógica normativa colonial e excludente. O termo, ao ser apropriado pela comunidade a que diz respeito, deixa de ser predicado e transforma-se em sujeito, ou seja: a pessoa deixa de estar em diáspora para ser, ela mesma, diáspora.

Martins (2018) ressalta que, no caso do Haiti, a fragilidade política e econômica transborda em uma diversidade de problemas sociais e sócio-espaciais: a diáspora, historicamente abordada como base não só da economia como da sociedade haitiana, é um dos caminhos possíveis de construir estratégias de sobrevivência, principalmente coletiva, já que a mobilidade haitiana, conforme vários pesquisadores apontam, é pensada e praticada de forma inteiramente coletiva.

A citada autora ressaltou ainda que essa coletividade refletiu no poder de territorialização da mobilidade haitiana no Brasil, sobretudo por três características, a saber, a capilaridade de suas relações sócio-espaciais; o caráter coletivo de sua mobilidade; e o poder *associativista* dos lugares por onde os haitianos passam.

Sob o prisma do gênero, esta pesquisa acompanhou a formação e formalização da Associação Fanm Nwa de migrantes haitianas em Manaus e percebeu que a coletividade de mulheres fortalece a vivência na cidade, a luta por direitos, a solidariedade e fraternidade entre elas.

As três experiências das migrantes haitianas que fazem parte desta pesquisa e serão apresentadas no Capítulo 3, são as experiências de mulheres que vivenciaram a história, desafiaram seus países de origem e os de destino, romperam com preconceitos, enfrentaram novos dilemas, ultrapassaram barreiras, desafiaram os estudos e suas políticas públicas, recomeçaram.

De início, importa destacar a história política e social do Haiti que ressoa até os dias atuais: da primeira república negra das Américas até o atual país marcado por golpes de estado e ditaduras militares.

Costa (2016) salienta que para falar do povo haitiano é preciso muito cuidado e humildade, pois, apesar do Haiti aparecer nos noticiários, o que se conhece do país ainda é pouco e superficial. O autor destaca que é necessário aprofundar a realidade e suas múltiplas facetas: histórica, econômica, sociopolítica e também geográfica/ambiental. Além disso, aduz que o que mais se ouve é que se trata de um país formado, quase exclusivamente por descendentes de africanos; que foi o primeiro país, depois dos Estados Unidos da América (EUA), a conseguir a sua independência (1804), que economicamente, é o país mais pobre das Américas; que é um país pequeno; que passou por diversas ditaduras, além da ocupação dos EUA – de 28 de julho de 1915 a 1º de agosto de 1934 -; que é muito castigado por fenômenos naturais (furacões, vendavais, terremotos); que lá se pratica o vudu. Esta seria apenas uma fotografia que registra a superfície de sua realidade, afirma o autor.

Segundo Dieme (2017), a Revolução Haitiana, um marco da história do Haiti, da América e do mundo moderno – e que é muitas vezes deliberadamente marginalizada –, e os vestígios da configuração étnico-racial construída durante a colonização, são devedoras de um processo migratório forçado atrelado a uma superexploração do trabalho de escravizados da África negra em território caribenho que, no entanto, souberam se organizar e derrotar um sistema parasitário que, paradoxalmente, os desumanizava.

Rosa (2016) registra que o Haiti foi a primeira colônia a se tornar independente, em 1º de janeiro de 1804, destacando que a sua revolução foi protagonizada por escravos<sup>3</sup>, que além de possuírem o interesse pela libertação nacional, lograram a abolição da escravatura. Pondera a autora que, após dois séculos de independência, o povo haitiano ainda não conseguiu consolidar uma nação que fosse propriamente igualitária capaz de instaurar a igualdade política, social e econômica.

Importante contribuição para o debate sobre migração e diáspora é apresentada por Fiorenzano e Barros (2022), segundo o qual o conceito de migração é amplo: metamorfoseou-se ao longo das décadas para adequar-se às diversas experiências de mobilidade humana entre as fronteiras dos Estados-nação e interestaduais. Por sua vez, o termo diáspora, também amplo, tem como uma de suas funções auxiliar os sujeitos a ampliarem o conhecimento sobre si e sobre

---

<sup>3</sup> Pessoas escravizadas seria o termo mais adequado.

os grupos étnicos/raciais aos quais eles fazem parte; ou seja, o conceito traz, em seu cerne, uma mobilidade grupal com marcadores sociais diversos que as caracterizam.

Os autores explicam que a confusão com o termo migração é frequente. Migração, porém, não abarca as especificidades que diáspora traz em suas definições. É possível dizer que toda diáspora envolve migrações, mas nem toda migração envolve processos diaspóricos.

Imperioso trazer para a reflexão da história do Haiti, as várias fases da imigração haitiana ao longo do século XX, com momentos mais intensos motivados ora pela crise política, ora por crises econômicas, aliadas a fatores ambientais.

Handerson e Joseph (2015) ressaltam que desde a fundação do Haiti como colônia, a mobilidade – mesmo tendo sido forçada – esteve presente com a vinda dos milhares de escravizados africanos através do comércio transatlântico. Posteriormente, pontua o autor, a peculiaridade e o contexto singular da luta pela independência – entre 1793 e 1803 – coincidente com a libertação dos escravizados, teria constituído uma nova cultura de *marronnage*, de mobilidade e de migração.

O autor apresenta os quatro grandes fluxos da mobilidade haitiana, resumindo-os conforme a seguir. Vejamos.

O primeiro grande fluxo de mobilidade de haitianos para o exterior constituiu-se no período no qual as forças armadas americanas ocuparam Haiti (1915-1943) e República Dominicana (1912-1924) simultaneamente. Por sua vez, Magalhães e Baeninger (2016) trazem elementos diferentes para o primeiro grande fluxo migratório do Haiti no início do século XX, em direção a seu país vizinho, a República Dominicana: segundo os autores, a emigração ocorreu devido ao crescimento demográfico da população rural.

Para Handerson (2015), o segundo fluxo de migração haitiana inaugura-se quando os Estados Unidos se tornaram mais familiar no universo haitiano, pois no plano cultural, no Governo Élie Lescot (1941-1946), o inglês tornou-se obrigatório no sistema educacional do país e cresceram significativamente as igrejas protestantes americanas. Destaca o autor que na década de 1950, a elite haitiana mandava seus filhos estudarem nos Estados Unidos e alguns dos agricultores que já haviam residido em Cuba ou na República Dominicana viam os Estados Unidos como uma nova possibilidade para emigrar.

Por sua parte, Costa (2016) aponta que durante a década de 1960, muitos haitianos, sobretudo professores, intelectuais e profissionais qualificados emigraram para outros países, especialmente o Canadá. Nas palavras do autor, foi a fuga das cabeças pensantes (*fuite de cervaux haitiens*), ao mesmo tempo em que um número grande de trabalhadores manuais emigrou para a vizinha República Dominicana. O autor salienta que durante aquele período,

aconteceram também as lutas dos países da África, como o Congo e Camarões, que buscaram professores haitianos para lecionar em suas universidades.

Com a ditadura comandada por François Duvalier, o *Papa Doc*, foi desencadeado um processo de perseguição política muito forte que fez com que vários intelectuais haitianos partissem do Haiti, sobretudo para os Estados Unidos e para a França, enquanto os camponeses e operários haitianos partiram para a República Dominicana, Cuba, dentre outros países do Caribe para escapar da *Tonton macoutes et chefs de section*<sup>4</sup>, que perseguiam o povo e protegiam o governo, conforme pesquisado por Costa (2016).

Um terceiro fluxo de mobilidade haitiana, segundo Handerson e Joseph (2015), iniciou-se na primeira metade da década de 1990. No contexto do golpe de Estado e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, aproximadamente 46.000 *boat people*<sup>5</sup> foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de Guantânamo Bay em Cuba. Alguns ficaram presos por mais de um ano.

Fainstat, Véran e Noal (2014) registraram que no início do século XXI os deslocamentos em larga escala se multiplicam com a velocidade dos meios modernos de comunicação e o Brasil surgiu como uma potência econômica politicamente estável e com uma diplomacia abertamente desafiadora das políticas restritivas do Ocidente: cooperação Sul-Sul, militante da quebra de algumas patentes médicas (por razões humanitárias), protagonista da missão de paz no Timor e arteção central da intervenção das Nações Unidas no Haiti.

Entretanto, os autores destacam que, do início de 2010 a março de 2012, se deu um inédito fluxo de aproximadamente quatro mil migrantes haitianos na região Norte (Acre e Amazonas), evidenciaram-se os limites da capacidade de resposta legal e operacional nos níveis municipal, estadual e federal.

Déus (2017) registrou que, como todos os grandes fluxos migratórios haitianos são marcados por algum tipo de acontecimento (político, econômico, ambiental etc.), pode-se dizer

---

<sup>4</sup> A Milícia de Voluntários da Segurança Nacional (em francês: *Milice de Volontaires de la Sécurité Nationale*, MVSN), comumente conhecidos como *Tonton Macoute* (literalmente “Tio do Saco”, em crioulo haitiano, aludindo às figuras do “homem do saco” ou “bicho papão”) era uma força paramilitar haitiana criada em 1959, e que obedecia diretamente às ordens do ditador daquele país, François Duvalier, ‘Para Doc’ e de seu filho e sucessor, Jean-Claude, até a saída do último do poder, em 1986. Os novos governos do país dispersaram a organização, porém muitos de seus antigos integrantes se tornaram insurgentes e participaram dos distúrbios políticos do país, especialmente nas regiões rurais, até 2000. Estima-se que durante a sua atividade, os *Tonton Macoute* podem ter matado e feito desaparecer mais de 150 mil pessoas, na sua maioria civis e opositores aos regimes Duvalier.

<sup>5</sup> *Boat people* refere-se aos viajantes haitianos embarcados em direção a Miami ou às Ilhas caribenhas como Bahamas, Grand Turck, incluindo Cuba, dentre outras, para alcançar Miami. Quando Bahamas se tornou independente, em julho de 1973, o Governo do país iniciou uma campanha de expulsão dos haitianos e as políticas migratórias se tornaram cada vez mais restritivas. Nesse período, alguns deixaram o local e aproveitaram para alcançar Miami em embarcações precárias, como *boat people* (Handerson, 2015).

que a catástrofe de 12 de janeiro é o acontecimento que incentiva o quarto fluxo migratório nesses últimos anos, desta vez, para o Brasil.

Para o autor, antes do referido terremoto, o país já estava enfrentando problemas de diversas ordens, que podem ser sintetizados na palavra insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, relativa à saúde, ao saneamento básico, entre outros fatores. Assim, destaca que o terremoto apenas agravou o difícil quadro do país, deixando tanto o Estado quanto a população numa situação de perplexidade. Conclui que, diante das destruições de instituições causados pelo terremoto, o Estado se tornou impotente não só para atender às novas demandas da população, mas também para negociar com a comunidade internacional e controlar as ONGs que atuaram no Haiti, principalmente depois da tragédia.

Richemon (2020) destaca que nas situações difíceis do Haiti, o Brasil permaneceu ao lado do povo haitiano: de 2004 a 2012, os presidentes Lula e Dilma visitaram o país quatro vezes.

Conforme o autor, a primeira visita de Lula foi em 2004, no período onde o país conheceu a estabilidade política depois da derrota do presidente Jean Bertrand Aristide sobre os movimentos populares; a segunda foi em 2008, depois de uma crise aguda, apelidada pela população haitiana, "*Gragou kloròks*" (fome aguda), que causou a revogação do primeiro ministro da época, o Sr. Jacques Edouard Alexis, pela Câmara dos Senadores e Deputados para acalmar a população. Salientou que Lula visitou o Haiti durante essa situação de protesto generalizado e assinou um acordo com o presidente da época (René Préval) sobre Segurança Alimentar afim de aliviar a situação de fome da população, e o terceiro em fevereiro 2010, depois do terremoto. Lula foi um dos primeiros presidentes a levar sua solidariedade para a população haitiana. Por sua vez, a presidente Dilma visitou o país em fevereiro de 2012.

Ao mesmo tempo, conforme registra Nunes e Antonello (2021), o endurecimento da política migratória dos países europeus e dos Estados Unidos, associados a um contexto de crise econômica ocorrida a partir de 2007, também promoveram uma reorganização dos fluxos migratórios oriundos da América Latina e África, principalmente. Assim, a migração haitiana para outros países, em especial para o Brasil, intensificou-se após o terremoto de 2010. A trajetória dos haitianos até o país sofreu alterações, sobretudo, em virtude de mudanças na política migratória brasileira, a partir das Resoluções Normativas do Brasil.

Percebe-se que a história do Haiti é marcada também por fluxos migratórios de saída e, a vinda para o Brasil, constituiu-se um novo fluxo, impulsionado pelas relações anteriores entre os dois países, oportunidades de trabalho, facilitação para ingressar no território nacional.

## 2.2 Os desencantos com o Brasil

O desenvolvimento deste tópico será feito a partir das relações entre Brasil e Haiti anteriores ao terremoto de 2010, as decisões políticas brasileiras e a saída jurídica para que os migrantes haitianos viessem para o país, porém sem políticas migratórias consolidadas.

Para explicar a vinda de centenas de haitianos ao Brasil, Dacilien (2020) apresenta duas razões para o país ter se tornado o novo eldorado para os migrantes do país da América Central: a influência do contingente militar brasileiro à frente da força da ONU no Haiti desde abril de 2004 e a segunda, o Brasil, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), ter se firmado como uma superpotência da região, com abertura ao mercado internacional.

Porém, o autor pondera que embora a representação do Brasil e dos brasileiros no imaginário popular do povo haitiano tenha ganhado uma forte conotação e significado, este fenômeno tomado de forma isolada não pode ser visto como único fator acelerador ou desencadeador da emigração haitiana. Para ele, o fator preponderante nesta equação são as consequências nefastas das relações econômicas desiguais internas ao Haiti e externas na relação com outros países.

Brasil e Haiti mantiveram relações diplomáticas muito próximas, a partir da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que durou de 2004 até 2017. A postura pública de abertura e hospitalidade adotada internacionalmente pelo governo brasileiro e a expectativa da existência de uma demanda de mão de obra para o trabalho nas obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, entre outros fatores, contribuíram para que o Brasil, além de ser um “corredor de passagem”, uma etapa, também se tornasse um novo polo internacional da diáspora haitiana, conforme analisou Handerson (2017).

Deve-se considerar que o Brasil, há anos, vem tentando ocupar um assento no Conselho de Segurança da ONU, e nesse cenário, assumiu a Missão de Paz no Haiti a fim de comprovar e demonstrar o seu protagonismo junto aos Estados Unidos e à comunidade internacional, além de ter tecido relações políticas regionais para liderar a região, a exemplo do MERCOSUL.

Neste sentido, Silva e Moraes (2016) destacam que a atuação do Brasil como líder da MINUSTAH diz muito sobre a ação de sua política externa. Segundo os autores e de acordo com o ministro das Relações Exteriores da época, Celso Amorim, essa operação foi apenas um ato de coerência com os discursos de multilateralismo que o governo defendia. Porém, em uma análise mais ampla, essa liderança tem um significado muito maior que um mero ato de coerência: a liderança na MINUSTAH e o interesse e comprometimento do país com questões de direitos humanos em sua política externa, decorrem do anseio do governo pela liderança

regional e o prestígio internacional e, mais importante, do desejo de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Os haitianos foram o único grupo de imigrantes amparados pela Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que "dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti". Com essa resolução, qualquer haitiano que comprovasse residência no Haiti e não tivesse antecedentes criminais, poderia solicitar o visto por razões humanitárias, conforme Cavalcanti, Oliveira, Marchioro e Cordova (2019).

Neste cenário, sob a ótica jurídica, Baeninger e Peres (2017) explicam o debate sobre a concessão do visto humanitário para nacionais do Haiti ao invés da concessão do visto de refugiado: para os órgãos federais o fundamento está relacionado ao "mito do terremoto". Significa dizer que no entendimento oficial, este é o principal motivo para vir ao Brasil. Portanto, os migrantes haitianos que partiram de seu país por causa do terremoto não atendiam e não atendem aos critérios para a concessão do refúgio: perseguição política, guerras ou perseguição e conflitos de qualquer natureza, como expressa a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 das Nações Unidas.

Segundo os autores, para as autoridades brasileiras, trata-se de uma questão de acolhimento por questões humanitárias<sup>6</sup> e, desse modo, as solicitações de refúgio são encaminhadas a princípio ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e, com base na Resolução Recomendada (RR) n. 08/2006, transmitidas ao CNIg. Contudo, observam, é preciso atentar para o fato de que à presença militar brasileira no Haiti – e ao seu propósito de missão de paz –, obviamente, não caberia, do ponto de vista do governo brasileiro, a concessão de visto de refugiado em decorrência da violência que assola o país.

Conforme ponderações de Pereira (2016), embora existam diferenças conceituais e nos procedimentos políticos e jurídicos destinados ao tratamento entre migrantes e refugiados, vale notar que as situações de conflitos sociais, culturais e econômicos que geram refugiados e deslocados também geram os trabalhadores migrantes, porém, cabe considerar que, para as pessoas refugiadas, a sua definição política e jurídica é feita com base no direito internacional.

O autor destaca que as vulnerabilidades dos refugiados seriam tão grandes que as suas vidas correm riscos imediatos, impedindo-os de permanecer ou retornar aos seus países de

---

<sup>6</sup> Os vistos humanitários continuam, após sete anos, baseando-se nas dificuldades de reconstrução do país em função do terremoto como causa da emigração haitiana para o Brasil. Ressalta-se ainda que o CNIg prorrogou até outubro de 2017 a Resolução Normativa n. 97/2012, que concede os vistos em caráter humanitário para imigrantes haitianos e haitianas.

origem. Para o autor, isto justificaria o tratamento político e jurídico emergencial e diferenciado aos refugiados em relação aos trabalhadores migrantes, uma vez que estes costumam ser definidos política e juridicamente de acordo com as legislações de cada Estado soberano.

Ressalta ainda que, em tese, o migrante à procura de trabalho, também cognominado “migrante econômico”, não corre risco de vida, pois, diferentemente do refugiado, sua preocupação imediata não seria salvaguardar a própria vida, mas buscar trabalho remunerado para melhorar a sua condição de vida. E, enquanto migrante, ele pode, a qualquer momento, retornar sem riscos ao seu país de origem, como explica Pereira (2016).

Segundo pesquisas de Silva e Moraes (2016), em junho de 2011, as Nações Unidas pediram que os países de destino dos haitianos mantivessem as fronteiras abertas e não os deportassem, haja vista que o país, ainda não recuperado do terremoto de 2010, não estaria em condições de garantir à sua população a proteção necessária, principalmente aos grupos que já eram vulneráveis antes mesmo do acidente.

Os autores destacam que o ACNUR solicitou que os países emitissem um visto temporário de caráter humanitário aos haitianos, a fim de garantir a estadia deles até que seu país se estabilizasse. Porém, consideram que, embora o visto não seja a medida mais pertinente e coerente com a legislação brasileira, ele tem evitado a imigração clandestina e todas suas implicações negativas.

Conforme apurou Uebel (2016), a vinda de deslocados haitianos para o Brasil foi consequência da ativa participação brasileira na estabilidade do país por meio da operação MINUSTAH. Todavia, destaca o autor que não houve planejamento para acolher esses deslocados que chegavam em dezenas todos os dias ao Brasil. Destacou que a primeira providência do governo brasileiro foi conceder cem vistos humanitários mensais para regularizar a situação desses deslocados. Contudo, foi uma atitude considerada equivocada posteriormente, uma vez que se criou uma cota de concessão além dos padrões normais, ou seja, uma ampliação de direito que o país não poderia suportar à época. A consequência imediata, apurou o autor, foi que dezenas de haitianos, desesperadamente, candidataram-se ao visto, gerando instabilidades locais – como no caso da superlotação dos abrigos na fronteira brasileira com a Bolívia no estado do Acre – e o receio do governo brasileiro em ter que voltar atrás com a medida.

Salientou Uebel (2016) que, ao conceder os cem vistos mensais, o Brasil tentava absorver os deslocados que eram vítimas dos chamados “coiotes”, que recebiam dinheiro para atravessar os haitianos pela floresta e conseguirem ingressar, de forma irregular, no território brasileiro. Por conseguinte, o governo brasileiro aprovou uma revisão da política migratória

para haitianos no Brasil. Foi publicada no Diário Oficial, em 29 de abril de 2013, a resolução nº102/2013 do CNIg, determinando o fim do limite máximo de 1200 vistos anuais e da exclusividade da Embaixada Brasileira em Porto Príncipe em concedê-los.

Nesse sentido, o autor destacou também dois pontos que merecem atenção no quadro de políticas migratórias brasileiras relacionadas com a questão haitiana: o não reconhecimento do status de refugiado e a implementação dos vistos de permanência especiais a haitianos por razões humanitárias.

Na situação em estudo, à época da chegada dos haitianos após o terremoto, Silva (2015) verificou que para o CONARE, os haitianos não estariam sofrendo algum tipo de perseguição política, religiosa ou étnica e por tais motivos não encontra fundamento para deferir os pedidos de refúgio, encaminhando-os para o Conselho Nacional de Imigração - CNIg, que tem a função de resolver casos omissos, como é o caso dos haitianos.

Ressaltou o pesquisador, que a saída encontrada pelo governo brasileiro foi conceder-lhes um visto humanitário com a validade de cinco anos, em razão da dramática situação social no Haiti, agravada ainda mais com o terremoto de 2010 (Resolução N. 97/2012). Porém, se for realizada uma análise dos requisitos para a concessão do refúgio, trata-se, na verdade, de uma situação de grave e generalizada violação de direitos fundamentais, como o da alimentação, da moradia, da saúde, da educação e da segurança pessoal. Nessa perspectiva, de acordo com o Estatuto do Refugiado, Lei N. 9.794/97 (BRASIL, 1997), eles poderiam ser reconhecidos enquanto tal, ponderou o autor.

A saída da concessão do visto humanitária encontrada pelo governo brasileiro, sob o ponto de vista jurídico, nivela a todos na mesma condição de migrantes laborais em busca de trabalho, ignorando necessidades e interesses particulares, como a perseguição por razões políticas ou orientação sexual (SILVA, 2015). O reconhecimento de reconhecer haitianos e haitianas como refugiados obrigaria o governo a ter uma responsabilidade maior com eles, além de pavimentar o caminho e abrir precedente para que outros grupos de migrantes em situação semelhante solicitassem refúgio.

Nunes e Antonello (2021) identificaram que o endurecimento da política migratória dos países europeus e dos Estados Unidos, associados a um contexto de crise econômica ocorrida a partir de 2007, também promoveram uma reorganização dos fluxos migratórios oriundos da América Latina e África, principalmente. Assim, na percepção dos autores, a migração haitiana para outros países, em especial para o Brasil, intensificou-se após o terremoto de 2010.

Sobre a trajetória dos haitianos até o Brasil, os autores registram as alterações sofridas, sobretudo, em virtude de mudanças na política migratória brasileira, a partir das Resoluções

Normativas do Brasil. Destacam que a partir de 2010, a Região Norte representou uma porta de entrada dos haitianos no território brasileiro.

É imperioso registrar que até a edição da Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012, do CNIg, a rota migratória do Norte do país foi comandada, na maioria das vezes, por coiootes, haja vista que legalmente, nessa época, a maioria dos migrantes haitianos ainda não tinham amparo do governo brasileiro, pois de 2010 a 2012, a concessão do refúgio ainda era uma incógnita para os haitianos, registraram os autores.

Enquanto os impasses sobre a condição jurídica a ser concedida aos migrantes haitianos aconteciam nas esferas de decisões sobre política migratória, as experiências vivenciadas pelos migrantes em todas as regiões brasileiras demonstravam as decepções e amarguras do recomeço.

Os desencantos com o Brasil foram acontecendo de diferentes maneiras, em diferentes lugares do território nacional, à medida que as dificuldades para o recomeço se mostraram mais desafiadoras do que se poderia imaginar.

Gottardi (2015) descreveu o itinerário realizado pelos migrantes haitianos que decidiram deixar seu país e entraram no Brasil pelo estado do Acre: de ônibus ou de avião saem do Haiti para a República Dominicana, país vizinho; embarcam para o Panamá e, posteriormente para o Equador, países que não exigem vistos de entrada; de Quito, Capital do Peru, cruzam o Peru até Puerto Maldonado, por onde, de carro, atravessam a fronteira do Brasil e chegam à cidade de Assis Brasil no Acre. O último percurso é feito de táxi até Brasileia. Tudo vira comércio e exploração, numa viagem cujo custo é, em média, U\$ 3.000,00.

Os espaços de mobilidade, espaços de troca de informações, de decisões e descobertas também podem transformar-se em espaços de exploração e violências, enganação. A chegada ao Brasil, em diferentes partes do território demonstram que as expectativas da vida melhor e oportunidades de trabalho deparam-se com constantes violações de direitos e condições de vulnerabilidades.

Cazarotto e Mejía (2019) realizaram importante estudo com haitianos no município de Encantado no Rio Grande do Sul. Os autores analisaram a repercussão socioespacial da imigração haitiana naquela cidade e verificaram diversos motivos para os desencantamentos, considerando a movimentação das empresas locais para atrair os trabalhadores haitianos: nos seis primeiros meses, a empresa pagava o aluguel e forneciam três alimentações diárias porém, passados os meses iniciais, passou a ser fornecida uma única refeição; a dificuldade com o contrato de aluguel por ser exigido um fiador ou responsável nativo para assumir a responsabilidade do imóvel; o aumento do valor do dólar impactou o valor das remessas às

famílias que ficaram no Haiti; a não aceitação dos descontos previdenciários, pois no país de origem não há esse tipo de cobrança o que torna inaceitável ter o registro do valor do salário e receber outro.

O professor Silva (2016) verificou que os setores do mercado de trabalho que mais absorveram trabalhadores haitianos em Manaus foram os da construção civil, seguido pelos do comércio e serviços. Porém, o autor destaca que não encontrando trabalho no mercado de trabalho formal, alguns foram obrigados a aceitar atividades informais, como segurar placas de propagandas pelas ruas da cidade ou vender objetos e alimentos, como sorvete, água, seja para manauaras, seja para os próprios haitianos. Percebeu o autor que as dificuldades de encontrar trabalho ocorreram, em primeiro lugar, por causa do refluxo do mercado de trabalho local e nacional, já que a economia brasileira havia reduzido as expectativas de crescimento a partir de 2012, e em segundo, à falta de qualificação exigida pelo mercado, além do fator linguístico que dificulta a comunicação.

Dacilien (2020) traz importante reflexão sobre a política migratória brasileira: para ele, a migração haitiana no Brasil, a partir de 2010, representa um dos momentos de ruptura na tradição migratória branca/europeu desse país. Destaca que essa migração está nesse sentido, envolvida com a percepção do país acolhedor sob os marcos e estereótipos associados aos negros construídos historicamente. E, de maneira particular, no caso haitiano, um deles é: ser imigrante haitiano denota inevitavelmente ser descriminalizado.

A migração haitiana se cruza com a história do Brasil na medida em que esta representa um rompimento com a histórica tentativa de embranquecimento da população brasileira. Neste sentido, Nascimento (2016) demonstra o histórico da política migratória no Brasil: as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior da erradicação da “mancha negra” da população brasileira. Por meio de um decreto de 28 de junho de 1980 concedeu que “é inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos (BRASIL, 1980, p. 1) .

O autor ainda destaca que em várias oportunidades no período de 1921 a 1923, a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis nas quais se proibia qualquer entrada no Brasil de “indivíduos humanos das raças de cor preta”; por sua vez, ressalta que quase no fim do seu governo ditatorial, Getúlio Vargas assinou em 18 de setembro de 1945, o Decreto-lei n.º 7.967, que regulava a entrada de imigrantes de acordo com a “necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia.

Em importante estudo sobre racismo e leis migratórias, Silva (2020) demonstra que a higienização e o controle de pessoas marcadas racialmente *via legis* não se deu apenas no âmbito interno, mas também incluiu estratégias de projeção internacional que serviram para atrair imigrantes brancos para se assentarem no Brasil e, por outro lado, para rejeitar e punir africanos e afro-diaspóricos. A autora destaca que desde o Império houve a aprovação de normas migratórias baseadas integralmente na estratificação racial, e que favoreceram o ingresso e a concessão de privilégios para populações brancas cujos reflexos são sentidos até a contemporaneidade.

Silva (2020) ressalta também que as legislações migratórias da segunda metade do século passado continuaram a impor diversas restrições para a admissão de africanos e afro-diaspóricos. Por outro lado, pondera a autora, é crucial fazer jus à Constituição de 1988 que estampou a face emancipadora do Direito pois, além de reconhecer o direito à ancestralidade e às comunidades quilombolas o direito à terra, consagra, no seu artigo 4º, o repúdio ao racismo como princípio orientador da atuação do Brasil nas Relações Internacionais e, no artigo 5º, a igualdade entre brasileiros e estrangeiros. Porém, a própria Carta Magna, no seu artigo 12, oferece apenas aos portugueses, os antigos colonizadores, os privilégios do Estatuto da Igualdade.

Nesta mesma esteira, salienta Silva (2020), surge a nova Lei de Migração – Lei n.º 13.445/2017 - que, embora tenha chegado tardiamente, se revela como uma norma que serve de exemplo internacional de proteção migratória. Entretanto, alerta a autora, a Lei 13.445 peca por universalizar a pessoa imigrante e não assumir que os que aqui chegam partem de lugares geográficos, sociais e raciais diferentes. Os corpos brancos do Norte global ainda são lidos e acolhidos aqui diferentemente dos corpos racializados como não brancos.

A autora explica que a raça e as suas intersecções com o gênero e sexualidades dificultam a entrada e permanência e vulnerabilizam a condição de existência das vidas negras. Neste sentido, segue a autora reivindicando que o Direito tem obrigação de corrigir estas inequidades nesta nação que tem uma dívida histórica com os povos africanos/as e os da diáspora. Fato é que, até hoje, mesmo com a vigência da nova lei de Migração, são esses os coletivos que têm mais dificuldade de regularização migratória e de acesso a direitos humanos no Brasil (SILVA, 2020). A autora conclui que a migração é um tema atravessado pela raça.

Conforme pesquisa de Martins (2018), a reflexão das relações de poder imbricadas nos espaços formando novos territórios possui também o caráter dinamizador de novas territorialidades construídas nestes que muitas vezes divergem dessas relações de poder. Segundo a autora, parece, portanto, que a mobilidade haitiana no Brasil anunciou uma série de

transformações na política brasileira, tirou da zona de conforto uma série de debates e perspectivas no qual o instituído era o resoluto, e propiciou novas fontes de relação entre imigrantes, em várias escalas.

Contudo, pondera a autora, que eles continuam vítimas de uma série de ações, sejam discursos racistas, ou superexploração escusa - muitos alegam que visivelmente trabalham mais que funcionários locais em fábricas ou empresas no qual empregam imigrantes, ainda que com os mesmos direitos e ganhando o mesmo salário – ou movimentam um mercado imobiliário alternativo das periferias pela falta de documentos exigidos em um aluguel regularizado – como é o caso de boa parte dos haitianos que vivem na serra sul-rio-grandense.

Diante das considerações trazidas para a presente reflexão, com um processo histórico-jurídico marcado pelo controle dos migrantes negros ao Brasil e marcado por intensas e profundas desigualdades sociais, resta evidenciado que durante a permanência no país, em algum momento, os desencantos começariam a ser sentidos.

### **2.3 Acolhida: o desafio da Pastoral do Migrante**

O primeiro contato que tive com os migrantes haitianos foi na Paróquia São Geraldo, região Centro-Sul de Manaus onde se localiza a missão scalabriniana na cidade. À época, eles já chegavam com a referência dos padres scalabrinianos, pois recebiam orientações em Tabatinga do lugar de acolhida e informações para trabalho e documentação.

A quadra da paróquia serviu de abrigo e acolhida para dezenas de famílias haitianas que permaneciam por lá até conseguirem recursos para seguir adiante. Lembro de ter ficado impressionada com tantas pessoas ao longo da Rua São Geraldo, haitianos e haitianas, sem falar português, com crianças no colo, debaixo do sol escaldante de Manaus, cheios de esperança para o recomeço no Brasil.

Acompanhei as notícias sobre o terremoto em 2010 e com as pesquisas a partir de 2013, ainda para compreender o contexto da chegada dos migrantes, pude entender que a vinda deles para o Brasil envolveu muitas questões políticas, de relações internacionais e interesses econômicos da época.

Neste tópico, destaca-se a atuação do Serviço Pastoral do Migrante (SPM) em Manaus e em outras experiências pelo Brasil. O SPM é organismo vinculado ao Setor Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica, criado oficialmente em 1986.

Como o nome expõe, é um serviço pastoral do migrante, para migrante, pelos migrantes, com os migrantes. Em Manaus, a Pastoral do Migrante está vinculada à Arquidiocese de Manaus e integra as pastorais sociais que são atendidas pela Cáritas Arquidiocesana de Manaus. Esta, por sua vez, é o braço institucionalizado para a captação de recursos e execução de outros projetos sociais, a pessoa jurídica da igreja formalizada para atender também às pastorais sociais.

O tema da presença e atuação do Serviço Pastoral do Migrante se faz necessário para compreender que a acolhida inicial nas fronteiras do Brasil, a identificação de fragilidades e vulnerabilidades junto aos migrantes haitianos foi realizada pelos religiosos, agentes e voluntários da Pastoral do Migrante que puderam demonstrar ao Governo Brasileiro todas as situações de precariedades e necessidades sofridas pelos migrantes que chegavam ao país.

Conforme observa Pereira (2016) a acolhida a migrantes e refugiados constitui uma questão social, ética, política, cultural, econômica, humanitária. Diz respeito também à real consistência da democracia em uma sociedade. A acolhida também está ligada diretamente à capacidade de produção e reprodução da democracia em um país. Nesse sentido, ela representa desafios a governos, empresas, movimentos populares e instituições como Igrejas, universidades, sindicatos, associações que se relacionam regularmente com o migrante, com o outro. Como questão humanitária, social e política, a acolhida torna-se complexa e desafiadora à medida que se multiplicam, se diversificam e tornam-se cada vez mais dinâmicas as migrações como ocorreu nas últimas décadas do Século XX e permanece nesse primeiro quadrante do Século XXI.

O Serviço Pastoral do Migrante atua junto aos migrantes em ações com segmentos sociais, promovendo ações de inclusão social, denunciando violações dos direitos dos migrantes e trabalhando para a construção de um país mais igualitário para todas.

De acordo com a pesquisa de Vasconcelos e Nascimento (2021), as irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas chegaram a Manaus em 1991 com objetivo de iniciar as atividades da Pastoral do Migrante. Naquela época, segundo as autoras, o trabalho se iniciou na periferia da cidade acompanhando a população que vinha do interior do estado para a capital, acolhendo principalmente migrantes internos. Os agentes da pastoral, nesse período, acompanhavam algumas ocupações que aconteciam em Manaus, como Monte Sinai e Florestal, oferecendo aulas de reforço, cursos supletivos da educação fundamental e ensino médio e curso pré-vestibular para os que pretendiam ingressar na universidade. Também eram oferecidos cursinhos populares de idiomas.

As religiosas se instalaram nas dependências da Igreja dos Remédios no Centro de Manaus onde desenvolvem até os dias de hoje, atividades de atendimento aos migrantes, orientações sobre regularização migratória, identificação de vulnerabilidades e articulação e incidência junto ao poder público municipal e estadual, orientações para as mães migrantes, direitos e deveres dos migrantes no Brasil, informações sobre matrícula nas escolas.

Em 2008, os religiosos scalabrinianos Pe. Valdecir Molinare e Pe. Gelmino Costa chegaram a Manaus e se instalaram nas dependências da Paróquia São Geraldo para unir esforços à missão já desenvolvidas pelas religiosas.

Os primeiros haitianos começaram a chegar em 2010 após o terremoto de 12 de janeiro do mesmo ano. Destaca-se que o Padre Gelmino falava francês fluente, o que favoreceu a comunicação com os migrantes haitianos que estavam chegando, tornando-se referência para informações e orientações das mais diversas áreas. Outra religiosa que colaborou no atendimento e orientação aos haitianos foi a irmã Santina Perin que morou mais de vinte anos no Haiti, falava com fluidez o creole haitiano.

A partir de então, a Paróquia São Geraldo e a Igreja dos Remédios passaram a ser os locais de referências para migrantes e refugiados que chegaram à cidade de Manaus.

Vasconcelos e Nascimento (2021) destacam também o histórico de atuação do SPM na busca de meios de vida para promoção de migrantes por meio de vagas de emprego e geração de renda: as pesquisadoras demonstraram que ainda não houve uma adesão das indústrias da Zona Franca de Manaus em absorver a mão de obra migrante, mesmo quando havia contextos mais favoráveis economicamente. Ressaltam que, em 2011, com a crescente chegada haitiana, os poucos absorvidos pelo Polo Industrial de Manaus foram contratados por empresas terceirizadas por meio de vínculos trabalhistas precários. A grande maioria da mão de obra haitiana recrutada em Manaus foi trabalhar em outros estados do Brasil, por iniciativas de empresários das regiões Sul e Sudeste do país.

Em 2013, passei a ser voluntária na Pastoral do Migrante em ações pontuais, me coloquei à disposição para orientações jurídicas, atividades que demandassem o apoio de voluntários.

Em Manaus, a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus organizou uma casa de acolhida no Bairro Zumbi dos Palmares, em 2013, com capacidade inicial para cinquenta haitianos, espaço apenas para homens. A missão scalabriniana na cidade comprou um terreno pertencente à arquidiocese de Manaus naquele bairro, promoveu reformas como pintura, compra de móveis (beliches, camas, colchões, mesas, cadeiras), mobiliou a cozinha com utensílios, com o apoio de um religioso da congregação.

No ano seguinte, em 2014, surgiu a fábrica de picolé nas dependências da Paróquia São Geraldo e os migrantes haitianos acolhidos na casa do bairro Zumbi também foram beneficiados com o projeto da fábrica, recebendo um carrinho com produção de picolés para venderem nas ruas de Manaus. A atividade proporcionou a primeira geração de renda para aqueles migrantes acolhidos na casa e possibilitaram uma certa autonomia para programarem a saída da casa e buscarem sua própria moradia.

Em pesquisa de campo na casa de acolhimento do Zumbi, Dacilien (2020) verificou que a vida dos imigrantes haitianos na cidade de Manaus, em particular, aqueles no acolhimento da Pastoral dos Migrantes, no bairro Zumbi dos Palmares, é extremamente difícil. Segundo o pesquisador, eles vivem em condições desumanas, privados da maioria dos serviços sociais básicos. Porém, ressaltou que a entrevista superou as expectativas, pois descobriu-se que os imigrantes, apesar de todas dificuldades se mantém firmes em seu propósito quase moral de cuidar das suas famílias no Haiti. Arremata o autor o que realmente confirma: o povo haitiano é um tipo resiliente, forte e corajoso.

Em 2022, a casa de acolhida do Zumbi foi desativada e está fechada por falta de recursos, econômicos e humanos, para a manutenção da casa.

França (2010) destaca que a migração não é um fato abstrato e tampouco natural, mas é parte da reprodução do capital na sociedade moderna e deve ser a partir desta visão que as pastorais devem organizar suas ações, em vista de uma maior incidência nos processos de transformação social.

A autora salienta que o trabalho da Pastoral do Migrante é uma fagulha de esperança na realidade sofrida que muitas vezes a migração enseja. Entretanto, evidencia que uma entidade sozinha não teria condição nem capacidade de solucionar as possíveis implicações dos problemas apresentados pelos migrantes, tornando-se necessário um trabalho em rede que articule os distintos serviços oferecidos pelos demais parceiros existentes na realidade local ou com esta articulada, garantindo um atendimento de maior qualidade e eficácia.

Neste sentido, Santin (2021) em artigo sobre a atuação da Pastoral do Migrante de Roraima, destaca a presença de voluntários na ação Pastoral, nos processos de pré-documentação, orientação e apoio para o processo de interiorização, em ações diversas, além da organização de um serviço sociojurídico de orientação e acompanhamento de pessoas, com voluntários advogados e assistentes sociais.

A autora ainda destaca que a ação voluntária dos membros da sociedade civil se estende também nos catorze municípios do interior e em cinco áreas missionárias de Boa Vista, onde a Pastoral do Migrante conta com agentes que colaboram na articulação e animação pastoral, seja

para visitas e cadastros de famílias, seja para entrega de kits de higiene ou cestas básicas, bem como para orientação e encaminhamento para documentação, organização de curso de português e celebrações. Ressalta que, mesmo na precariedade dos recursos, a ação da Pastoral tem seus resultados, por vezes limitados e invisíveis, mas nem por isso menos significativos na vida das pessoas.

Importante ressaltar a pesquisa de Vasconcelos e Nascimento (2021), segundo o qual, o Serviço Pastoral do Migrante estima que mais de 20.000 haitianos passaram por Manaus entre homens, mulheres e crianças e destes, aproximadamente, 3.500 fixaram residência na cidade. Muitos foram para as regiões Sul e Sudeste do país. As pesquisadoras destacam a importância da experiência do acolhimento com o intenso fluxo migratório haitiano que foi utilizada como referência na elaboração do texto que deu origem à nova Lei de Migração, Lei nº13445/2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A nova Lei define os direitos e deveres do migrante e do visitante no Brasil e também estabelece normas de proteção ao/à brasileiro/a no exterior, entre outras coisas, a partir da ótica dos direitos humanos.

Imperioso registrar os estudos de Rosa (2019) sobre a atuação do Serviço Pastoral do Migrante em Campo Grande: desde o ano de sua criação em 1979, possui como razão fundamental a acolhida, a organização do migrante, o resgate da cidadania e a articulação com as Pastorais e outros serviços que agem para reestabelecer a dignidade das pessoas em mobilidade. Conforme a autora, a Pastoral exerce esse serviço em conjunto, como prática de ajuda para a Igreja local refletir, aprofundando e celebrando a realidade do fenômeno migratório que é interpretado não como um problema, mas como uma oportunidade para a comunidade cristã e a sociedade como um todo.

Com trinta e cinco anos de atuação em Campo Grande, por exemplo, a Pastoral do Migrante desenvolveu diferentes estratégias e atividades, conforme demonstrou Rosa (2019). A regularização migratória configura um dos principais pontos de atenção devido à possibilidade de residir e trabalhar no Brasil com as mesmas obrigações e direitos trabalhistas dos brasileiros, diminuindo assim os riscos de exploração e envolvimento no trabalho análogo à escravidão.

Outra atividade de fundamental importância identificada pela Pastoral do Migrante de Campo Grande foi a atuação junto às mulheres migrantes que se desenvolveu a partir de atividades alternativas de geração de renda, subsistência familiar e economia solidária. Neste sentido, Rosa (2019) destacou que são oferecidas atividades de formação sobre a cultura brasileira, disponibilizando cursos de culinária, corte e costura e produção de artesanato, como

alternativas de trabalho, a fim de gerar renda e partilhar os dons que cada uma das participantes tem e, conseqüentemente, integrando-as na sociedade onde vivem.

Para a consolidação do exercício da cidadania, a Pastoral dos Migrantes de Campo Grande também incentiva as lideranças a participarem em projetos comuns dos movimentos sociais da cidade e da região, na defesa dos direitos dos migrantes, em Comitês, Comissões e Fóruns de Debates que visam ações conjuntas no campo da migração.

Em Fortaleza – Ceará, Pellegrini (2022) relata a experiência que teve com mulheres migrantes durante a pandemia do Covid-19: aduz que o trabalho com as mulheres migrantes se intensificou em decorrência do estado emergencial mundial instaurado pela pandemia. Destacou que a pandemia fez com que a realidade trouxesse ainda mais desafios, com o surgimento do novo vírus, muitas áreas se viram afetadas, algumas pessoas perderam trabalho, ficaram sem moradia e alimentação. A autora ressaltou que os programas de proteção social emergencial, promovidos pelo governo federal, atenderam uma parcela pequena da população e ainda de maneira insuficiente.

Risson e Moré (2021) identificaram que a chegada de imigrantes haitianos ao Brasil fez com que inúmeras entidades se agrupassem em ações estratégicas de acolher, integrar, pesquisar e acompanhar este fenômeno migratório. Suas demandas voltaram-se para as áreas da saúde, da empregabilidade, da educação e da assistência social, especialmente, na esfera municipal. No esforço de acolher estas demandas, e sem uma preparação prévia, observa-se, até a atualidade, improvisado e co-construção dos profissionais a partir das novas situações criadas pela imigração.

Em importante estudo sobre o Projeto de Extensão chamado Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados da Universidade Federal de Santa Catarina realizado em parceria com a Pastoral do Migrante de Florianópolis, Silva, Silveira e Muller (2018) verificaram que no atendimento diário a imigrantes e refugiados, os extensionistas e a Pastoral receberam demandas que correspondem a duas áreas específicas: proteção e integração.

Conforme os pesquisadores, a proteção está mais relacionada aos domínios do Direito Internacional Público, do Direito Diplomático e Consular e dos Direitos Humanos, pois nestes campos, os serviços referem-se, predominantemente, a encaminhamentos de regularização migratória, de solicitações de refúgio, de reunião familiar, à legalização de diplomas, naturalização, consulta de processos, renovação de protocolos, orientações sobre casamento, etc. Por sua vez, na seara da integração, segundo as autoras, são propostas ações destinadas à inserção no mercado de trabalho, nomeadamente, elaboração e impressão de currículos, apoio no estabelecimento de contato com empregadores, encaminhamento para aulas de português,

para atendimento psicológico, entre outros. Ressaltaram também que, quando preciso, os migrantes são conduzidos a órgãos competentes como Secretaria de Assistência Social, Defensoria Pública da União, Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho, etc., conforme a necessidade de cada pessoa.

Na cidade de São Paulo, Salles, Bueno e Bastos (2015) trazem importantes reflexões acerca da trajetória da imigração: os autores demonstram que essa trajetória envolve os sentimentos de desligamento, da perda da terra de origem que causa um forte sentimento de insegurança gerado pelas expectativas de como será recebido e pela ansiedade diante de novos desafios. Segundo a pesquisa realizada na Centro Pastoral do Migrante naquela cidade, o imigrante vem para ficar e traz sua cultura, seu modo de ser e condições psicológicas particulares em razão de rupturas com suas raízes e, para ser inserido na nova cultura precisa reconstruir os papéis sociais e isso não se faz sem aprender os valores e os códigos que balizam a conduta no novo país. Porém, destaca o autor, que não se pode esquecer que esse aprendizado se insere num contexto de rupturas e perdas; além disso, em muitos casos, as novas experiências e as necessárias adaptações precisam contornar hábitos, costumes que muitas vezes entram em choque, em desacordo com as tradições dos países de origem.

Salles, Bueno e Bastos (2015) observam também que os migrantes, ao serem recebidos na Casa do Migrante, ocupam um lugar indefinido, pois ainda não foram integrados pelo sistema de redes organizados pelos núcleos de imigrantes já estabelecidos. Dizem os autores que o ponto de apoio e de acolhimento muitas vezes vital para o novo imigrante, atenua-se o impacto da chegada ao país estrangeiro por meio desse trabalho desenvolvido pela Pastoral, fundamentado em um programa amplo de hospitalidade, pois além do acolhimento desenvolvem um serviço de regularização de documentos e de encaminhamento ao mercado de trabalho para as pessoas que se encontram deslocadas do seu espaço social.

Em relação ao aprendizado da língua portuguesa, cabe destacar as experiências em prol dos haitianos, conforme relataram Zanatti, Siqueira e Félix (2017) no município de Campo Grande em Mato Grosso do Sul: o Centro Estadual de Línguas e Libras Professor Fernando Peralta Filho, um espaço fundamental para a capacitação linguística de estudantes e professores da Rede Estadual de Ensino e cidadãos de Mato Grosso do Sul, passou a ofertar, desde março de 2016, curso de Língua Portuguesa aos haitianos, para romper a barreira de comunicação e expressão, considerando que o domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social.

Em relação ao idioma, Moura e Costa-Hübes (2017) apresentaram importante experiência no processo de ensino de língua portuguesa para imigrantes haitianos adultos, trabalhadores da linha de produção em fábricas de Toledo, região oeste do Paraná. Vejamos:

Inicialmente, nos disponibilizamos, voluntariamente, para ofertar aulas a um grupo de haitianos que trabalham em uma indústria de fios nesta cidade. Para esta tarefa, primeiramente, o contato veio da própria empresa, que solicitou-nos auxílio nesse sentido. A empresa disponibilizou o local, organizou o grupo de imigrantes, selecionando os que apresentavam maior dificuldade para a comunicação. Também forneceu um material básico para cada um, como caderno, lápis, borracha e caneta. Disponibilizou-nos uma sala com mesas, cadeiras, projetor multimídia e outros materiais didáticos. O grupo constituiu-se, a princípio, com dez pessoas, sendo sete homens e três mulheres, todos adultos, com idade entre 22 a 45 anos. (MOURA; COSTA-HÜBES, 2017, p. 16)

De acordo com as autoras, para a preparação das aulas, recorreram ao método freireano que consiste em estimular a alfabetização (o ensino de língua portuguesa) dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, através de “palavras geradoras”, ou seja, palavras presentes na realidade dos alunos, que são decodificadas para a aquisição da palavra escrita e da compreensão do mundo e da língua-alvo.

Assim, relatam as autoras que após a apresentação e a explicação do objetivo das aulas, buscaram, em conjunto com o grupo de imigrantes, conversar sobre suas principais dificuldades no dia a dia de trabalho ou nas interações sociais, na perspectiva de conhecer a realidade deles, o universo vocabular mais presente no seu cotidiano. A partir desta conversa, fizeram uma seleção dos temas e palavras geradoras, que nos serviram como base para a organização de cada aula. Os temas e as palavras geradoras escolhidas foram as seguintes:

1º Tema Gerador: Localização geográfica onde vive. Subtemas geradores: mapa mundi, mapa do Brasil, mapa do Paraná, cidades pelas quais passou, mapa da cidade acolhedora, principais pontos de referência, principais avenidas e ruas, e outras. A partir das discussões desses temas e subtemas, trabalhamos com as seguintes palavras geradoras: Haiti, Brasil, São Paulo, Paraná, Curitiba, Cascavel, Toledo, Rodoviária, Prefeitura, Hospitais, Empresas, Indústrias, Comércio, Ruas, Avenidas, Lagos, e outras.

2º Tema Gerador: Costumes alimentares. Palavras geradoras: alimentos para o café da manhã, almoço, janta, feijoada, macarronada, churrasco, carnes, e outras.

3º Tema Gerador: Partes do corpo. Palavras geradoras: cabeça, tronco, membros, estômago, rins, pulmão, coluna, coração, e outras.

4º Tema Gerador:- Área da saúde. Palavras geradoras: principais doenças, dengue, hospitais, postos de saúde, unidades de pronto atendimento (UPAS), medicamentos, especialidades na área médica, e outras.

4º Tema Gerador – EPIS na empresa. Palavras geradoras: uso dos equipamentos, quais são, para que servem, e outras.

5º Tema Gerador: Regras gerais da Empresa. Palavras geradoras: salário, atestados médicos, ficha-ponto, benefícios, descontos na folha de pagamento, atrasos, faltas, período de experiência, cumprimento de aviso prévio, adicional noturno, e outras. (MOURA; COSTA-HÜBES, 2017, p. 17)

Declararam as autoras, que a colaboração para o ensino consistiu em uma proposta pautada em uma metodologia de ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento, seguindo o método freiriano que propõe práticas de letramento a partir de temas geradores que fazem parte do dia a dia dos imigrantes. Segundo elas, os temas propostos se desdobrarão em conteúdos que possibilitem que os alunos compreendam melhor a estrutura da língua portuguesa. Assim esperam poder colaborar, mesmo de forma bastante tímida, para amenizar as dificuldades que muitos imigrantes encontram no aprendizado da nossa língua.

Por fim, o tema da acolhida possui vários vieses e apenas algumas experiências da Pastoral do Migrante de Manaus e de outras cidades brasileiras foram apresentadas, além de atividades e ações realizadas pela sociedade civil organizada.

### 3 ASSOCIATIVISMO DE MULHERES MIGRANTES

Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto *amefricanas*, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já!<sup>7</sup>

O presente capítulo socializa os resultados da primeira fase da pesquisa sobre o associativismo. Nestes termos, apresenta os estudos teóricos sobre o processo de associativismo de migrantes, na perspectiva do gênero e da raça, especialmente quanto aos processos de reivindicações coletivas de direitos por meio da formação da associação civil e, por consequência, da participação política, social e democrática de mulheres migrantes.

Inicialmente, apresentamos reflexões sobre o enfoque do gênero no estudo das migrações, as associações civis e participação democrática e o processo de construção associativismo de mulheres migrantes, como ele se reconfigura para atender às necessidades de migrantes, como a legislação brasileira legitima a associação, dialoga-se com autores que já contribuíram para a literatura sobre associativismo, para, então, desvelar aspectos importantes que perpassam as vivências e experiências de migrantes haitianas no processo de criação e consolidação de uma associação de mulheres migrantes na cidade de Manaus.

#### 3.1 Mulheres em Mobilidade

A vinda de haitianas e haitianos para o Brasil iniciou um novo ciclo nos processos migratórios destes migrantes, especialmente para mulheres que possuem estratégias diferentes de sobrevivência por passarem por experiências migratórias distintas das que os homens passam.

A perspectiva do estudo das migrações sob o enfoque no gênero é importante para a compreensão das experiências migratórias pois afetam homens e mulheres, crianças e familiares de formas muito distintas. Este enfoque ajuda a desvendar as decisões para migrar, quem vai migrar, quais as redes que já existem e as que ainda serão construídas, as formas de

---

<sup>7</sup> Trecho do livro *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (GONZALEZ, 2020).

integração na sociedade de acolhida, as relações com as crianças e idosos, o desenvolvimento de habilidades emocionais diante de tantos desafios.

A relevância da incorporação do gênero no estudo das migrações implica em um melhor desenvolvimento de políticas públicas na medida que considera as particularidades vividas por mulheres em mobilidade, ao mesmo tempo que promove a igualdade de gênero, na tentativa de superar uma sociedade desigual que compromete o desenvolvimento de mulheres e, de maneira mais ampla, compromete o próprio desenvolvimento.

Reconhecer as diferenças que perpassam a experiência migratória de homens e mulheres faz parte do caminho para a igualdade de gênero, pois as relações de poder historicamente construídas, principalmente em homens e mulheres negras, ainda são presentes e corroem o entendimento do tema.

Corrêa (2020), por sua vez, destacou que a migração haitiana constituída por homens e mulheres se prende a um processo social, econômico e político complexo que se estende a mais de dois séculos. Segundo a pesquisadora, seria uma falácia pensar a mobilidade haitiana contemporânea e não levar à discussão a participação feminina, não somente em seus aspectos numéricos e sim percebendo as redes sociais e espaços de sociabilidades que essas mulheres são capazes de (re)criar em ambientes adversos.

A desigualdade de gênero no país de origem também é um dos motivos para a migração, à medida que as oportunidades de trabalho e mesmo as desigualdades na valorização do trabalho colocam as mulheres em desvantagem salarial, direitos sociais, condições para o seu desenvolvimento e crescimento profissional, além de fatores como violências sofridas.

Percebe-se que desde a origem, considerando o itinerário, os espaços de mobilidade e os locais de destinos são vividos de forma muito distintas por homens e mulheres migrantes.

As narrativas das migrantes haitianas envolvidas na pesquisa e fundadoras da Associação Fanm Nwa demonstram o impacto das decisões nas famílias: a decisão de migrar de uma mulher solteira é diferente da decisão de uma migrante que possui filhos, que chega ao país com o compromisso de ajuda-los e que em determinadas situações deixou as crianças sob os cuidados de outras mulheres, irmãs, mãe, apenas para indicar alguns fatores.

Elhajji e Domingues (2018) salientam que a perspectiva do gênero surge como importante aporte teórico das migrações internacionais, na medida em que revela questões latentes, por muito tempo deixadas de lado, em função de uma análise voltada exclusivamente para os aspectos econômicos e laborais das migrações internacionais.

Os autores observam que caso mais específico das mulheres migrantes, apesar delas terem desde sempre deixado seu lar e terra de origem, muitas vezes em razão de arranjos

matrimoniais, a História mundial deu maior ênfase ao estudo das migrações masculinas, reduzindo a figura feminina a acompanhante de seus pais, maridos ou parentes de sexo masculino. Desta forma, as mulheres migrantes, mesmo sendo protagonistas do cotidiano de diversos países, foram omitidas pela historiografia oficial.

Pereira (2022) destaca que as mulheres têm se constituído em um dos principais rostos protagonistas das migrações contemporâneas, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, com presença importante também na América Latina.

O autor supracitado denuncia que mulheres e meninas migrantes e refugiadas sofrem violência física, simbólica, sexual de seus companheiros, familiares aliciadores, e também violência institucional, inclusive, perpetrada por agentes políticos estatais ou de agências internacionais que prestam serviços a migrantes e por tais motivos, a violência ou clivagens de gênero são indissociáveis da análise sobre a migração feminina e da formulação de políticas migratórias com enfoque para mulheres migrantes com objetivo de prevenir e combater violências que as submetem a vulnerabilidades sociais ainda mais profundas que as de homens migrantes.

É imperioso ressaltar o questionamento de Rosário (2021) “Como o gênero pode ser incorporado a nossa compreensão da migração?”, pois segundo a autora a questão permanece apenas parcialmente respondida por uma variedade de razões, trazendo como exemplo que a construção de teorias úteis deve levar em consideração tipos diferentes de migração, incluindo migração temporária, permanente, indocumentada, econômica e induzida por conflitos.

A historiadora Scott (1990) explica que o termo "gênero" se torna uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Para a historiadora, trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres, pois "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Por fim, a autora entende que com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

O reconhecimento da relevância do estudo do gênero nas migrações demonstra a importância do tema da “feminização das migrações”.

Petrozziello (2013) entende que a feminização das migrações está inserida em um contexto atual de globalização que possui efeitos diferentes em países “desenvolvidos” e em “países em desenvolvimento”, destacando que os países mais empobrecidos sofreram os efeitos das políticas neoliberais e programas de ajuste estrutural nas últimas décadas, como o aumento

da pobreza, das desigualdades, marginalização e desemprego, cortes nos gastos sociais, privatizações de serviços públicos como educação e saúde.

Argumenta o autor que quando os homens não conseguem cumprir com seu papel de provedor econômico, se exerce uma maior pressão sobre as mulheres que buscam estratégias alternativas para manter a família que, por sua vez, aumenta o número de famílias encabeçadas por mulheres e se produz uma maior incidência da pobreza feminina, a feminização da pobreza.

Petrozziello (2013) ressalta que os países mais ricos também experimentaram mudanças estruturais que provocaram, de certa maneira, a feminização da migração ao dispor que a reestruturação econômica requer mão-de-obra mais flexível e barata. Assim, dentro desse esquema, o gênero surge como princípio organizador dos mercados de trabalho produzindo aquilo que é chamado de nova e sexualizada divisão internacional do trabalho, que consiste na reprodução e exploração das desigualdades – seja por razões de gênero, raça, classe social ou etnia – pelo sistema global capitalista, resultando na demanda por mão-de-obra de mulheres migrantes, direcionadas para setores mal remunerados, com péssimas condições de trabalho e pouca proteção legal e reconhecimento social.

Por sua vez, Marinucci (2010) nos traz o estudo do fenômeno migratório com a inclusão do enfoque do gênero como transformação do perfil da mulher migrante. Ele nos coloca diante das seguintes questões: a migração feminina seria um real espaço de empoderamento da mulher ou um espaço de dominação?

As experiências migratórias do coletivo de mulheres que formaram a Associação Fanw Nwa demonstram que o fato inicial de se unirem para realizar atividades de suas demandas específicas e durante seu desenvolvimento passarem a buscar parcerias e qualificação profissional até a luta por direitos, repercutiram na vida que estão construindo na cidade de Manaus, especialmente por conseguirem maior autonomia e promissoras oportunidades em diferentes setores sociais.

Assis, Ribeiro e Fernandes (2017) abordam a questão do gênero a partir da seguinte perspectiva:

A naturalização das diferenças de gênero na sociedade brasileira se faz presente pela constituição de diferenciações significativas nas relações sociais. Nelas, a distribuição desigual de vantagens e desvantagens recebem influências de uma estrutura patriarcal e escravocrata, característica de sociedades coloniais. Isso se verifica também no Brasil, onde mesmo após a independência política e a abolição da escravatura, tal estrutura ainda permeia a sociedade, atingindo as mulheres não apenas pela naturalização das diferenças de gênero, mas também pelas articulações de marcadores tais como raça e classe, de forma interseccional e articulada, gerando interstícios nos quais as diferenciações são aparentemente “normais” e muitas das vezes até “aceitáveis”. (ASSIS; RIBEIRO; FERNANDES, 2017, p. 447).

As diferenças de gênero vividas dia após dia pelas migrantes haitianas em Manaus demonstram que é necessário criar espaços em que sejam debatidas as questões específicas que envolvam o gênero, o racismo estrutural, a classe social, a origem, a fim de que repercutam em políticas públicas que atendam mulheres migrantes em suas dores e vulnerabilidades.

Conforme os estudos de Oliveira (2016) e “à luz dos estudos de gênero”, a pesquisadora identificou que quando as mulheres assumem o protagonismo da migração na Amazônia, ou seja, quando são elas que decidem pelo deslocamento e suas consequências, o “poder de decisão” precisa, no mínimo, ser problematizado ou relativizado. Neste sentido, destaca que é preciso questionar, primeiramente, por que elas têm o direito de decidir pela migração ao passo que lhes falta o direito de não ter que migrar.

Oliveira (2016) descreve também que em sua pesquisa de campo em sua tese de doutoramento, foram identificadas também numerosas situações em que as mulheres migram para fugir da opressão masculina e da violência doméstica. Para elas, partir significa um ato de liberdade. Ao migrar, livram-se do domínio e da opressão do pai, do marido, do irmão mais velho, do tio, do padrasto e assim por diante.

Desta forma, ao conhecer a história de vida das migrantes haitianas fundadoras da Associação Fanm Nwa conhecemos também o contexto histórico, econômico e social que as levaram a decidir pela saída do Haiti, permanecer em Manaus e compreender as estratégias de luta por direitos diante de um cenário caótico de pandemia.

### **3.2 Associações Civas e participação democrática**

O associativismo, na configuração de luta por direitos, pode ser considerado como estratégias de articulação e movimentação na sociedade, bem como um instrumento de afeto e permanência de laços com a língua e os costumes, laços culturais e vivências em comum.

A associação configura-se como um dos ideários da democracia participativa, especialmente, para a organização de migrantes em países como o Brasil onde eles não possuem direito a voto. É por meio dessa estratégia de organização que passam a reivindicar e defender direitos, e, principalmente, a pensar e a propor ações política e sociais que contribuam para melhorar as condições de vida dos integrantes do grupo.

Conforme expõe Coelho (2008), as organizações do tipo associativo são um pilar decisivo na construção de solidariedades pois constituem um eixo fundamental em qualquer política de desenvolvimento, favorecendo o exercício da democracia e da cidadania, uma forma de vida em comunidade.

A participação e união de forças constituem elementos determinantes para fortalecer o ambiente coletivo de questões, conforme explicam De Marchi, Pinheiro e Pagani (2021):

As associações comunitárias, enquanto organizações da sociedade civil, são importantes catalisadoras do capital social, bem como lastros para o entendimento da confiança dos cidadãos nas instituições. Essas organizações possuem estruturas que, em tese, as permitem lutar pelos interesses da comunidade junto ao poder público, para que a localidade usufrua dos seus direitos. Para tanto, a participação é um dos princípios fundamentais no processo de fortalecimento de uma associação. É a partir dela que acontece o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisão e na busca de soluções para as necessidades comuns, reforçando o sentido de comunidade e fortalecendo os laços sociais e o desenvolvimento local. (DE MARCHI; PINHEIRO; PAGANI, 2021, p. 1).

Para migrantes, especialmente mulheres, o processo de associativismo que passa pelo convencimento para participar das reuniões, incentivar o debate do grupo, identificar demandas que interessem a coletividade, fortalece a luta por direitos da comunidade.

Para Dallari (2017), sempre que um grupo de pessoas se organiza e se dispõe a trabalhar em conjunto por um objetivo, algum resultado é conseguido, e sempre o grupo consegue mais que qualquer de seus integrantes obteria se agisse isoladamente. Isso porque, segundo o autor, as pessoas reunidas na associação terão um poder de pressão maior do que teriam se agissem isoladas, pois o indivíduo que, por exemplo, procurar uma autoridade para fazer um pedido terá mais possibilidades de ser ouvido se se apresentar como membro ou dirigente de uma associação.

Para o referido autor, a associação é uma forma de participação política das mais convenientes, pois permite a conjugação de esforços, garante a continuidade das atividades e assegura a proteção legal para os participantes, uma vez que lhes dá existência legal e lhes confere direitos que as autoridades são obrigadas a respeitar (DALLARI, 2017).

A participação no processo de associação para luta de direitos abre possibilidades para mudanças sociais importantes com a efetivação do que já está garantido em lei para migrantes no Brasil, especialmente em relação ao trabalho, à saúde e à educação. Dallari (2017) traz o conceito de política como sendo a conjugação de ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-os a um fim comum.

Nessa mesma perspectiva, Pinheiro (2021) destaca a importância dos processos coletivos de associação para a sociedade local com a experiência da presença espanhola migrante em Manaus, vejamos:

A presença de espanhóis na Manaus dos anos iniciais do século XX foi particularmente importante, uma vez que, partilharam sonhos, expectativas e experiências múltiplas que foram do associativismo a publicação de periódicos, a

introdução de novos costumes e valores que se mesclaram na cidade com costumes e valores de outros estrangeiros, dos nativos e também com o dos migrantes nacionais recém-chegados, vindos principalmente do Nordeste, imprimindo novas marcas, novos valores e contribuindo para o complexo caldo cultural da sociedade amazonense. No mundo do trabalho sua presença e atuação foi igualmente importante, sendo preciso reconhecer que o processo associativo foi amplamente favorecido pela atuação incisiva de centenas de trabalhadores anônimos e de um punhado de importantes lideranças socialistas, como Joaquim Azpilicueta e Fernandez Varela, nomes que, desde logo, o conjunto da classe operária amazonense reconheceu e registrou como seu patrimônio. (PINHEIRO, 2021, p. 18).

A cidade de Manaus, em diferentes momentos históricos, foi marcada pela chegada de migrantes e, conforme trecho acima citado, contribuíram para novos costumes, mesclando inclusive com novas formas de organização, relações de trabalho e debates sociais.

Domingues (2014) realizou importante pesquisa histórica sobre a formação de “sociedades de homens de cor” como formas de participação política e cultural durante a primeira república, notadamente abolicionistas. O autor apresentou a trajetória de diversas associações fundadas por homens negros e dedicadas às lutas e mobilizações pelos direitos civis, políticos e sociais, marcadas pela construção de espaços de identidades, empoderamento e igualdade. Destacou que havia a necessidade de inserção nos debates políticos da época, a defesa dos escravizados libertos, o aprimoramento dos dispositivos constitucionais.

O autor ainda apresentou um debate importante sobre como a abolição repercutiu na formação em diferentes setores da sociedade e influenciou a formações de associações na cidade Rio de Janeiro e em São Paulo:

Floresceu no Rio de Janeiro um associativismo negro com bases raciais em vários aspectos semelhante ao paulista no decorrer da Primeira República, de sorte que ali os libertos e seus descendentes erigiram agremiações, tanto de caráter recreativo e religioso quanto de cunho político e social. Retóricas de igualdade racial foram articuladas no bojo de ações coletivas de auxílio mútuo, de plataformas no campo de direitos e cidadania, de negociações em prol de demandas sociais, políticas e culturais, de intervenções nas estruturas formais de poder, em suma, no âmbito de sonhos e expectativas de inclusão social, reconhecimento e plena participação na vida nacional. Além dos ranchos, dos jongos, das maltas, das irmandades, das macumbas, os negros cariocas desenvolveram, se não encamparam, outras modalidades de agenciamento e sociabilidade. (DOMINGUES, 2014, p. 271).

Em que pese os apontamentos sobre a experiência de associativismo na primeira república nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, percebeu-se a movimentação social e política intensa realizada por homens negros em busca de reconhecimento de seus direitos.

Por sua vez, Magalhães e Schemes (2013) apresentaram pesquisa sobre as primeiras décadas do século XX, quando população negra fez do associativismo uma resposta ao preconceito racial, destacando a formação de clubes e organizações que proliferaram em

diferentes regiões do Brasil, sendo mais perceptíveis nas capitais e centros urbanos. Destacaram que nestes espaços, as mulheres tornavam-se responsáveis pelos departamentos e assuntos femininos (orientações sobre bom comportamento, beleza, higiene). Entretanto, apenas entre as décadas de 1920 e 1950 as mulheres negras articularam-se para criar suas próprias associações.

Magalhães e Schemes (2013) salientaram também a participação de mulheres negras na construção da Sociedade Cruzeiro do Sul (RS). As autoras também questionam a história sobre o Vale dos Sinos, em geral, apresentada, com um corte a partir da chegada dos imigrantes alemães. Ressaltam que “há um vazio historiográfico em relação ao papel do negro na história do Vale do Rio dos Sinos, que somente há pouco tempo vem sendo preenchido com pesquisas históricas” (MAGALHÃES; SCHEMES, 2013).

O atual município de Novo Hamburgo é uma das cidades que compõem o Vale do Rio dos Sinos e é um dos principais núcleos da imigração alemã no Brasil, frequentemente enaltecida, tendo em vista que a região foi colonizada pelos alemães a partir de 1824. Magalhães e Schemes (2013) demonstraram o papel essencial que as mulheres negras exerceram junto à associação, trazendo à tona a importância de suas ações que incentivaram a integração e as sociabilidades das famílias negras moradoras de Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e a nova ordem democrática, ficou garantida a plena liberdade de associação para fins lícitos, proibida a de caráter paramilitar, além de dispor que a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento<sup>8</sup>.

Destaca-se que o excerto “independe de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento” veio assegurar a participação democrática, após o longo período de Ditadura Militar, pois se a associação precisasse de permissão do poder público para criticar arbitrariedades, denunciar ilegalidades e reivindicar direitos, perderia completamente a sua função na sociedade civil organizada, esvaziando sua atuação.

O Código Civil de 2002, por sua vez, em seu artigo 53 trouxe a previsão da associação com a sua constituição formada pela “união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (BRASIL, 2002). Os associados, portanto, unem-se para alcançar fins/bens educacionais, culturais, recreativos e outras atividades/demandas não econômicas, conferindo/assegurando ainda a legitimidade para a defesa de interesses coletivos na nova ordem democrática de direito.

---

<sup>8</sup> Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso XVII e XVIII (BRASIL, 1988).

Os novos ventos democráticos demonstraram a superação do ranço ditatorial, do controle e da interferência do Estado nas organizações privadas, especialmente as associações, fortalecendo a participação social e articulação da sociedade civil.

Dahl (2009) apresenta o conceito de democracia em grande escala que consiste em apontar quais as instituições políticas necessárias para um país democrático, dentre eles a autonomia para as associações. Neste sentido, o autor destaca que para obter seus vários direitos, até mesmo os necessários para o funcionamento eficaz das instituições políticas democráticas, os cidadãos também têm o direito de formar associações ou organizações relativamente independentes, como também partidos políticos e grupos de interesses.

Desta forma, a nova ordem democrática tornou possível a organização de diversos setores da sociedade em busca de interesses coletivos que atendessem e correspondessem às demandas de determinados grupos sociais. Emerge desse processo a conjugação de interesse de diferentes setores da sociedade e a construção de espaços de debates e de diálogos com diferentes repertórios. Dentre eles, a Associação Fanm Nwa – Mulheres Imigrantes e Refugiados Empoderados que reivindica um lugar de fala para dar visibilidade à ausência de direitos que a condição de mulheres migrantes as relega.

Avritzer (1997) traz importante estudo sobre o novo associativismo civil formado por três componentes que podem aparecer juntos ou separados nos diferentes países da América Latina quais sejam: 1) aumento expressivo no número e no ritmo de constituições de associações civil; 2) pluralização da ação social com novos atores e novos temas; 3) mudança na auto concepção pelos atores de suas próprias ações. O autor destaca o caso específico do Brasil onde o primeiro movimento que representou o surgimento de uma esfera societária foi o movimento abolicionista, durante a década de sessenta do século XIX quando foram criados os primeiros clubes abolicionistas.

O autor supracitado destaca também que já no século XX ocorreram mudanças temáticas das associações bem como na forma de ocupação dos espaços públicos, vejamos:

Os atores coletivos ocupam o espaço público, criando um polo distinto da sociedade política para a satisfação das necessidades e para a constituição de novas identidades. No entanto, esse espaço pluralizado possui apenas duas formas de relação com a sociedade política: ou uma divisão do trabalho no qual o espaço societário e o espaço político se dissociam, ficando a representação a cargo da sociedade política, ou uma estrutura de campanha que expressa um poder de veto último da sociedade civil sobre a sociedade política. Dessa modo, se por um lado o caso brasileiro expressa muito bem um aspecto do novo associativismo latino-americano, que é a ocupação plural do espaço público, por outro lado ele deixa a desejar no tocante às formas de equilíbrio no interior do espaço societário e na relação entre os atores sociais e o sistema político. (AVRITZER, 1997, 165).

A união de mulheres, especialmente mulheres migrantes negras, busca assim a ocupação do espaço público para mostrar a sociedade suas necessidades e particularidades em um contexto tão plural e diverso como é a sociedade brasileira. Fazer ecoar suas vozes para que não sejam simplesmente tuteladas e manipuladas em suas demandas.

Nessa perspectiva, Avritzer (1997) propõe um *status* público às instituições que efetivamente desempenham um papel público, uma nova forma institucional que as associações poderiam optar mediante preenchimento de determinados requisitos que as tornariam aptas de contribuir para a democratização de práticas políticas que tiveram sua origem em uma sociedade fraca e desorganizada, condição a qual, segundo o autor, a América Latina está deixando de ser exemplo.

Por seu turno, Gohn (2014) apresenta importante abordagem sobre o associativismo no século XXI destacando as diversas mudanças nas políticas sociais, como a desconcentração de várias atividades estatais na área social, aplicação das novas legislações no âmbito federal com a criação de Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e programas em Parceria Público-Privada (PPP), a desativação da atuação direta do Estado na prestação de alguns serviços sociais e a transferência da operacionalização desses serviços para o setor privado sem fins lucrativos. Por conseguinte, esses fatores contribuíram para a reconfiguração do cenário do associativismo civil brasileiro o que gerou a criação de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil.

Gohn (2014) destaca que após 1988 os municípios passaram por alterações na administração pública com descentralização e a inserção de formas de participação da sociedade civil na reforma política do Estado, o que resultou em uma sociedade civil composta por atores sociais com diferentes entendimentos sobre os problemas sociais, políticos e culturais da sociedade.

Ferrarini, Gainer e Veronese (2017) ressaltam, por exemplo, a associação como um instrumento popular de organização e de luta pelo direito à moradia e a melhores condições de vida no contexto dos fluxos demográficos dos anos 1970 que resultaram nas atuais aglomerações urbanas:

É notório o papel desempenhado pelas associações comunitárias, como esteios de mobilizações sociais mais amplas, como as lutas democráticas e os embates eleitorais que provocaram a renovação dos partidos políticos e a guinada de governos à esquerda. Ao mesmo tempo, as associações funcionaram como núcleo de iniciativas locais, dando-lhes impulsão e resguardo institucional. Projetos comunitários de geração de renda e desenvolvimento econômico buscaram também o respaldo jurídico das associações. O resultado disso é um híbrido: atividades comunitárias de natureza social fundem-se a empreendimentos com finalidade econômica, em si mesma desguarnecida de amparo jurídico. Essa solução evita a informalidade plena, mas

posterga a formalização econômica do empreendimento, que, assim, fica privado das prerrogativas e vantagens do exercício legal das suas atividades. (FERRARINI; GAINER; VERONESE, 2017, 94).

Essas novas vozes organizativas fazem surgir a necessidade de se compreender como se processa a constituição atual de uma associação de acordo com o que preconiza a legislação após 1988.

O ato constitutivo da associação é formalmente o registro de seu Estatuto no Cartório de Pessoas Jurídicas. Nesse ponto, é importante notar que os debates sobre os objetivos da associação, as atividades que já estão em andamento e as perspectivas de projetos e captação de recursos antecedem o ato formal do registro, mas permite à associação o nascimento como pessoa jurídica com prerrogativas para fortalecer o grupo que representa. Um fato que ilustra essa situação é a consequência jurídica advinda das ondas migratórias das últimas décadas para o Brasil: revogação do Estatuto do Estrangeiro.

O marco na legislação de migração no Brasil veio com a Lei de Migração de 2017, fruto de longos debates e incidência política de organizações da sociedade civil para a sua aprovação. Em que pese os diversos vetos do então Presidente Michel Temer, a nova lei é considerada uma grande conquista para direitos e deveres de migrantes no Brasil. A revogação total do Estatuto do Estrangeiro, editado durante o período da Ditadura Militar do Brasil, fez desaparecer, ao menos na legislação, o viés da segurança nacional em que tratava o migrante (o estrangeiro, o que vem de fora) com desconfiança e os colocava em posição subalterna e limitação de direitos.

A Lei de Migração – Lei n.º 13.445/2017<sup>9</sup> assegurou ao migrante o direito à associação, inclusive sindical, para fins lícitos. Importante salientar que embora o direito à associação já fosse assegurado pelo revogado Estatuto do Estrangeiro, há o elemento democrático que permeia a iniciativa de associar-se, em razão de liberdade para a iniciativa, sendo desnecessária a autorização do Ministério da Justiça como exigia a lei revogada. Este preceito está em conformidade com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a chamada Nova Lei de Migração de 2017, a questão migratória foi tratada de maneira infralegal por meio de resoluções normativas e portarias interministeriais conforme a demanda migratória.

Conforme explica Claro (2020) sobre o período que antecedeu a edição da nova Lei de Migração:

---

<sup>9</sup> A Lei dispôs sobre direitos e deveres do migrante e do visitante, instituindo princípios e diretrizes para a política migratória brasileira (BRASIL, 2017).

O imigrante, então, era visto como potencial inimigo para o país e sua população, visão que permeou toda a normativa jurídica de estrangeiros da época. Diante da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e das novas dinâmicas migratórias tanto de quanto para o país, o estatuto logo se tornou obsoleto e demandou mudanças, as quais vieram de maneira mais célere por meio de normas infralegais. As resoluções normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e de portarias interministeriais dos ministérios da Justiça, do Trabalho e das Relações Exteriores deram vazão parcial à demanda legal, uma vez que os mecanismos legislativos de criação de uma nova lei estavam em descompasso com a necessidade de soluções dos casos concretos não contemplados pela lei em vigor. (CLARO, 2020, p. 1).

Claro (2020, p. 49) destaca ainda que a Nova Lei de Migração menciona amplamente o viés de políticas públicas aos migrantes em consonância com a Constituição Federal de 1988:

A Lei de Migração, entretanto, menciona amplamente – e de forma positiva – o viés de políticas públicas para a população migrante no sentido do alcance dos direitos indicados na lei e também na CF/1988. Deixou-se de lado, então, outro aspecto de negação de direitos do estatuto para alcançar a perspectiva das garantias de direitos humanos em consonância com o texto constitucional e as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil.

Ressalta-se que a transição democrática que também incluiu a política migratória, aconteceu de forma muito lenta. Assim, somente em 1997, o Brasil promulgou a Lei do Refúgio. Limitada em seus dispositivos e à previsão de procedimentos de solicitação, a lei previu de maneira muito genérica “O refugiado gozará de direitos e estará sujeito aos deveres dos estrangeiros no Brasil, ao disposto nesta Lei, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967” (BRASIL, 1997, p. 2).

E foi justamente na vivência como advogada na efetivação dessas prerrogativas da lei que pude experienciar o itinerário de migrantes na cidade de Manaus. Atuando na área de regularização migratória e defesa de direitos e ciente de que a previsão legal confere direitos e obrigações, garantem acesso às políticas públicas, à proteção jurídica de forma um pouco mais segura, foi possível constatar que esse aparato jurídico não impede as situações de exploração e violações de direitos aos quais os migrantes estão expostos.

Esse lugar também me permitiu participar do nascimento da Associação Fanm Nwa em 2021 que será abordada no capítulo 2 e cujos debates e as ações já estavam em andamento no grupo de haitianas residentes em Manaus, que discutiam e definiam os objetivos e futuras atividades da associação antes mesmo de ela “sair do papel”.

Um aspecto importante de mencionar foi a realização do Seminário Para Elaboração da Política Municipal para Refugiados e Migrantes na cidade de Manaus, promovido pela Prefeitura de Manaus e a ACNUR ocorrido em junho de 2022, com destaque para a presença

da Jamal Associação Islâmica Humanitária, Associação Fanm Nwa e Associação de Venezuelanos no Amazonas.

A participação democrática das associações de migrantes em Manaus na construção da referida política municipal é necessária para a efetividade das políticas públicas que estão sendo debatidas, pois sem a presença dos migrantes nos debates ficaria esvaziada qualquer tentativa de promover avanços e conquistas de direitos, uma política *para* ele e *com* eles.

Importante pesquisa realizada por Vega e Rabadán (2021) sobre migrantes mexicanos nos Estados Unidos, verificou a atuação das associações com ampliação política por meio das plataformas digitais, especialmente o *Facebook*. O estudo destacou a atuação de redes sociais humanas como o ponto de partida para o surgimento de estruturas associativas mais formais.

Os autores supracitados demonstram que durante muitos anos, embora as associações de migrantes mexicanos nos Estados Unidos mantivessem baixa adesão, tal fato foi sendo modificado ao longo dos anos com a incorporação e uso das ferramentas digitais, a ponto de converterem-se em interlocutores públicos de atores políticos.

Vega e Rabadán (2021) distinguem dois tipos de interações com o uso do *Facebook*: o primeiro são publicações que buscam consolidar a rede em termos de número de seguidores e visitas à página, tendo por objetivo principal atrair novos membros para a associação, divulgação de fotos das atividades para gerar confiança, divulgação de comemorações locais e práticas sociais que fazem referência à identidade comunitária; o segundo tipo de interação é a publicação de ações políticas realizadas pelas associações nas diversas esferas de governo, com outras organizações, lideranças comunitárias configurando um espaço ampliado para colocar temas da agenda política de migrantes.

A utilização de redes sociais das associações também contribui para manifestações políticas, como foi o caso das diversas publicações de indignação pelo assassinato do migrante congolês Moïse Kabagambe, em fevereiro de 2022, espancado até a morte por cobrar os valores devidos do seu trabalho (G1 RIO, 2022).

As páginas criadas pelas associações de migrantes também configuram um espaço de denúncias, informações sobre serviços públicos, arrecadação de recursos para atividades sociais, divulgação de eventos, cursos, vagas de emprego, datas comemorativas, além de ampliar o alcance das ações políticas e dar visibilidade e conhecimento da comunidade local, ser presença virtual em fóruns de debates, eventos diversos *online* e outras utilização oferecidas pelas plataformas virtuais.

Por sua vez, a Associação Fanm Nwa criou uma página na rede social *Instagram* (ASSOCIAÇÃO FANM NWA, 2021) com o objetivo inicial de divulgar as atividades

realizadas pelas mulheres da associação, as parcerias realizadas e projetos iniciados. A *logo* da associação foi produzida por profissional da área do Design que reproduziu a imagem de uma mulher haitiana negra com cores do Haiti e do Brasil, como se verifica na imagem a seguir:

Figura 1 - Identidade Visual da Associação Fanm Nwa.



Fonte: Associação Fanm Nwa (2021).

As migrantes haitianas fundadoras da Associação Fanm Nwa preocuparam-se em apresentar uma identidade visual da associação que correspondesse à identidade de mulher negra migrante em que as palavras identificassem sua origem e fossem percebidas por outras mulheres haitianas.

O capítulo 2 abordará todo o processo de associativismo por meio das vozes das migrantes haitianas, desde as ações em benefício de suas associadas até a incidência política em diversos espaços de interlocução

Assim sendo, após as breves linhas sobre o itinerário normativo das questões migratórias dos últimos anos, bem como da participação democrática de associações de migrantes no Brasil, inclusive com a utilização das redes sociais, no tópico a seguir passarei a enfatizar a forma como são construídas as relações entre mulheres migrantes, como se efetiva a união de forças, como se conquista um lugar de fala, bem como se definem identidades e protagonismos na associação, e como foi alcançada a concretização de demandas sociais específicas pelo grupo.

### 3.3 Caminhos para a construção da cidadania de mulheres migrantes

No tópico anterior, foram apresentadas as práticas sociais que permitem participação democrática de mulheres migrantes por meio de associações civis com diferentes objetivos, com destaque àquelas que buscam assegurar direitos para os migrantes, combatendo preconceitos e promovendo inclusão social.

Os processos sociais da vida cotidiana fortalecem o sentimento de integração e inclusão, pois as migrantes haitianas erguem suas vozes para reivindicar direitos, denunciar violações e preconceitos, estabelecer diálogos com instituições públicas e privadas, fomentar iniciativas de outras mulheres migrantes, incentivar novas ações sociais, encorajar as meninas migrantes e tantas outras possibilidades de emancipação e empoderamento.

A associação de migrantes, especialmente de mulheres, configura uma estratégia de integração, uma forma organizada de unir forças para reivindicar direitos, para fazer ecoar as demandas específicas de quem chega em busca de reconstrução da própria vida, de um espaço de acolhida, de afeto e de informações. também foram analisadas como forma de manutenção de laços culturais, línguas e costumes, histórias de vida em comum, caminhos de migração.

Maffia (2016) traz importante contribuição sobre as redes informais para os estudos das migrações. A autora destaca que estas redes funcionam como uma vasta rede de solidariedade com núcleos específicos – familiares – no interior dos quais circulam os novos migrantes. Estes núcleos, por sua vez, funcionam como verdadeiros “microcontextos” originais que se encarregam de buscar trabalho, abrigo, dentre outros, mostrando-se mais efetivos do que as redes institucionalizadas e constituem as bases para as constituições das associações.

A Associação Fanm Nwa surge também como o caminho para a união de mulheres e efetivação de seus direitos enquanto migrantes, com destaque aos vínculos e laços sociais estabelecidos em momento anterior à formalização da instituição. Trata-se de um lugar de promoção de atividades de caráter cultural, educativo, recreativo e muitos outros, além de possibilitar um lugar de organização para a luta por direitos de maneira coletiva, com o fortalecimento das redes de solidariedade e participação social, apoio à integração na sociedade local no caso da associação de migrantes.

Esse tipo de acolhimento é fundamental porque a migrante haitiana depara-se com um novo cenário que transforma sua antiga convivência familiar, descontextualiza sua vida, exige uma nova forma de percepção da realidade ao seu redor: as configurações sociais do país estrangeiro são diferentes, as relações familiares demandam o domínio de outras estratégias

para manutenção do núcleo família. Tudo isso requer dessa mulher uma postura ativa e ativa de pessoa migrante.

Essa postura ativa e ativa a faz perceber a necessidade de um espaço que possibilite algo além desse acolhimento, um espaço para dividir questões sociais, tais como as dificuldades referentes ao trabalho, à qualificação profissional, às novas relações estabelecidas para integração à sociedade de acolhida.

O processo de formação da Associação Fanm Nwa surge assim em razão de uma origem em comum, qual seja, o Haiti, as semelhanças nas dificuldades diárias em Manaus, a necessidade de compartilhar os problemas enfrentados em relação à efetivação de direitos, funcionando também como um espaço de solidariedade e acolhida, espaço em que podem fazer ressoar suas vozes e fortalecer a participação social.

Silva (2021) sugere uma definição do que seria o associativismo negro, apresentando-o como os sentidos do querer e fazer coletivo e de homens e mulheres de frações sociais do grupo étnico, organizados sob uma atividade ou entidade no espaço público, voltados para os interesses do grupo que procuram representar, em grande medida reivindicativos de direitos de cidadania e respeitabilidade da diferença social de existência.

Destaca-se também a reflexão proposta por Sayão (2015) ao perceber que as associações negras modernas herdaram algumas das principais funções das irmandades: promoção da sociabilidade, integração social e defesa de grupos racialmente discriminados.

Para Santiago (2020), o associativismo feminino negro, as organizações criadas por e para mulheres negras são organizações independentes ou filiadas a alguma associação negra, possibilitando neste cenário que mulheres negras possam propor ações e assumir cargos da direção. A autora segue argumentando que “a vinculação ao associativismo feminino negro poderia significar buscar fortalecimento identitário com outras mulheres que partilhavam a experiência de serem negras e operárias”.

Sobre as estratégias de sobrevivência, Santiago (2020) ainda destaca:

Mulheres negras operárias que buscavam melhorar as condições de suas vivências e de seus familiares, traçando estratégias de (re) existência frente ao racismo, ao machismo e às desigualdades sociais. A percepção sobre os desafios comuns aproximou essas mulheres, que por meio das associações femininas negras conseguiram adentrar em uma rede de solidariedades entre clubes sociais negros, sociedades operárias e associações femininas. (SANTIAGO, 2020, p. 1).

O trecho do autor supracitado reflete a experiência vivida pelas migrantes haitianas fundadoras da Associação Fanm Nwa, uma vez que perceberam a necessidade de se

fortalecerem como mulheres na luta por seus direitos, a superação da ausência de informações, o combate ao racismo, o diálogo com instituições públicas e privadas.

Imperioso salientar que a Fanm Nwa surgiu durante o período da pandemia do novo Covid-19, momento marcado por turbulência política na condução da saúde pública no Brasil por todas as esferas de governo, forte negacionismo de parte da sociedade, negação de direitos aos migrantes, especialmente sobre o benefício do auxílio-emergencial e outros desdobramentos e consequências até hoje ainda não superados.

As crises econômica, política, sanitária e moral atingiram de formas diferentes a sociedade brasileira e, no caso dos migrantes, especialmente mulheres, foram as maiores vítimas, tanto pelo aumento dos casos de violência doméstica, como pelo desemprego, insegurança alimentar, empobrecimento abaixo da dignidade humana.

Nesse cenário de caos, incertezas e negação de direitos, as sete migrantes haitianas que fundaram a Fanm Nwa conseguiram vencer dificuldades, realizar parcerias para qualificação profissional, participação em feira de empreendedores, artesanatos, curso de português para outros migrantes haitianos que serão abordados em profundidade no capítulo 2.

Em 2011, com a intensificação da chegada de migrantes haitianos ao Brasil, notadamente Manaus, surgiu aquela que talvez seja a primeira associação de migrantes haitianos da cidade, a Associação de Trabalhadores Haitianos no Amazonas (ATHAM). Muitos foram os esforços para ajudar e apoiar as diversas iniciativas de migrantes haitianos na cidade com o objetivo de geração de renda, conscientização de direitos, empoderamento, combate ao preconceito e à exploração do trabalho.

Ressalta-se que a ATHAM permaneceu ativa até meados de 2016 e somente retornou suas atividades em 2020 com a eleição de uma nova diretoria.

Em Manaus, a Pastoral do Migrante foi a principal referência no acolhimento dos migrantes haitianos no início da década passada, um espaço de acolhida e orientações, criação de redes de solidariedades e manutenção dos laços afetivos com a terra de origem, além de apoiar a criação e manutenção de associações de migrantes, como foi o caso da Associação Fanm Nwa e da ATHAM. À época da chegada dos haitianos, os próprios migrantes já procuravam a Pastoral como ponto de referência e encontro com outros migrantes, pois já chegavam com a informação de que receberiam informações seguras e orientações referentes a trabalho e alimentação.

Depois de mais de uma década após a chegada dos haitianos e haitianas a Manaus, a Pastoral do Migrante continua sendo referência para o acolhimento de migrantes, acompanhando a dinâmica dos fluxos migratórios.

Hoje, após o início da chegada dos venezuelanos, a Pastoral acompanhou a dinâmica dos migrantes que estão em todos os bairros de Manaus, conta com novos agentes de pastoral que identificam demandas de migrantes em suas respectivas áreas de atuação e, de igual forma com o haitianos, apoiou ações voltadas aos migrantes venezuelanos, permanecendo como um importante espaço de interlocução entre os migrantes e a comunidade local.

Fernandez e Matos (2021) identificaram nas igrejas, católica ou não, a prática da hospitalidade, da acolhida fraternal e ajuda ao imigrante, buscando aproximá-lo da comunidade, contribuindo para o fortalecimento das redes entre os imigrantes, mantendo e difundindo as tradições culturais. Os autores ainda destacam que os espaços nas igrejas auxiliam na criação e manutenção de outras associações, como foi o caso da Associação dos Residentes Bolivianos com o objetivo de promoção cultural, recreativa e social, com uma publicação mensal e gratuita o jornal *La puerta del Sol*, o Círculo Boliviano e a Associação Comercial Bolívia-Brasil, como exemplos.

Um aspecto a ser considerado é a cidadania, cujo entendimento está restrito à nacionalidade, limitando a atuação daqueles que residem e colaboram para as práticas sociais da comunidade, no caso, os migrantes.

No Brasil, a nacionalidade está relacionada ao que conhecemos como *jus solis*, aspecto territorial, e o *jus sanguinis*, aspecto sanguíneo, familiar. Ambos são as formas de aquisição ordinária da nacionalidade, além da possibilidade de naturalização.

Solé, Serradell e Sordé (2012) apresentam importantes argumentos para a ampliação do conceito de nacionalidade ao inserir no debate o princípio do *jus domicilii*, que amplia a cidadania aos residentes permanentes, oferecendo uma perspectiva inclusiva com maior participação política. Ao considerar a residência e participação na comunidade para o exercício pleno da cidadania de migrantes, como votar e ser votado, há um rompimento do entendimento da cidadania atrelada à noção de nacionalidade.

O estudo desenvolvido por Solé, Serradell e Sordé (2012) com mulheres equatorianas, marroquinas e romanas na Espanha demonstrou que a aplicação da perspectiva de gênero na análise de participação das mulheres migrantes permite uma melhor compreensão de uma realidade social que já existia, mas que ficava invisibilizada.

Solé, Serradell e Sordé (2012) também mostraram que os vínculos inicialmente pessoais das mulheres migrantes permitem uma conexão com a esfera pública, com a empregabilidade e à medida que expandem seus vínculos sociais conseguem empregos, ampliam a rede de apoio, ajudam-se financeiramente e tornam-se agentes ativos de suas escolhas. Os autores ressaltam que o potencial das mulheres como sujeitos ativos na sociedade

de acolhida contribui para a melhora das condições de vida do conjunto da população e aumentam à medida que adquirem maiores níveis de formação e se convertem em referências culturais e educativas para as crianças.

A experiência com as migrantes haitianas em Manaus revelou que as principais demandas se concentram na empregabilidade e geração de renda, bem como no acesso à educação e qualificação profissional, tanto das mulheres como de seus filhos.

Corrêa (2020) em destacada pesquisa com migrantes haitianas trabalhadoras de tabuleiro no centro de Manaus verificou a baixa escolaridade das 59 (cinquenta e nove) entrevistadas em que 3 declaram ter nível superior completo, 3 declararam não saber ler nem escrever, 1 informou que concluiu o ensino fundamental, 10 concluíram o ensino médio, 17 possuíam o ensino médio incompleto e 25 declararam ter o ensino fundamental incompleto.

O aprendizado da língua portuguesa configura também importante fator de empoderamento, à medida que se tornam independentes da leitura da sociedade local, desvendando costumes, falas do cotidiano, expressões regionais, assim como a dinâmica da sociedade local, conhecer melhor a cultura amazônica, compreender a história do Brasil e da cidade de Manaus.

Neste sentido, todas as haitianas fundadoras da Associação Fanm Nwa compreendem e dominam a comunicação na língua portuguesa, pois já vivem no Brasil há mais de cinco anos e foram, ao longo dos anos, percebendo a necessidade do aprendizado do português como fator de independência e protagonismo de seus processos sociais coletivos.

Davis (2017) ao refletir sobre o processo de empoderamento das mulheres afro-americanas mostra que as estratégias mais eficazes para tal fato, continuam sendo guiadas pelo princípio adotado pelas mulheres negras do movimento associativo. A autora ressalta o esforço para “erguer-nos enquanto subimos”, que significa garantir que “todas as nossas irmãs, independente da classe social, assim como todos nossos irmãos, subam conosco.”

O protagonismo de mulheres negras passa pelo empoderamento individual e coletivo, nos espaços de fortalecimento de vínculos, de troca de experiências, debates sobre problemas enfrentados no cotidiano, acesso à educação e qualificação mediante parcerias proporcionadas pela associação que permite a visibilidade de suas ações e iniciativas. Assim, a associação de mulheres migrantes negras propicia o exercício da cidadania de forma inicialmente informal, levando ao caminho da formalização.

Sobre o protagonismo de mulheres migrantes, Freitas (2021) destaca a necessidade de compreender a construção da “categoria protagonismo” que se contrapõe ao processo histórico de silenciamento, salientando que a abordagem da categoria protagonismo não é uma tentativa

de romantizar as dinâmicas migratórias de mulheres, mas apresentar um olhar que vai além das vulnerabilidades, sob uma ótica que não sujeite, enquadre ou simplesmente classifique a mulher migrante.

Freitas (2021) destaca que o protagonismo feminino possui abordagem distinta do empoderamento feminino, embora podem ser tratados como intersecções que fazem parte do referencial teórico e conceitual que descreve uma nova construção e fomentam a ideia de que as mulheres (assim como os homens) têm o direito de possuir um lugar na sociedade, fundamentado na equidade de gênero.

Por sua vez, Bohórquez (2010) em importante pesquisa com mulheres peruanas migrantes em Santiago no Chile, analisou as articulações entre processos participativos e experiências migratória de uma perspectiva de gênero, destacando o tipo de migração empreendida, isto é, migração por motivos econômicos e migração por refúgio como consequência do regime ditatorial durante o regime de Fujimori.

A pesquisadora identificou que as mulheres motivadas pela migração por motivos de refúgio ou asilo político são aquelas que participam como lideranças das organizações sociais e que veem no seu trabalho social atual com e para migrantes, como uma continuação de suas motivações políticas e sociais que deram origem à saída de seu país, enquanto que aquelas mulheres que migraram impulsionadas por motivações mais econômicas se vinculam às organizações sociais como participantes das atividades geradas por outras mulheres.

Em relação às mulheres migrantes fundadoras da Associação Fanm Nwa, a principal liderança recai na haitiana Gloriane Aimable Antoine que exerce a influência sobre as demais mulheres do grupo. Gloriane, em entrevista, declarou que desde pequena assumiu responsabilidades: cuidava dos irmãos mais novos, ajudava os pais, foi engajada em projetos sociais no Haiti até conseguir uma vaga de trabalho com Técnica social onde morava.

A mobilização para criar a associação surgiu após várias ações conjuntas com outras haitianas moradoras próximas umas das outras que compartilhavam as mesmas preocupações da vida cotidiana a aflições durante a pandemia. Surgiu inicialmente a necessidade de ter um espaço físico, um lugar fora das igrejas, católica e evangélica, em que pudessem falar sobre os problemas com saúde e educação de suas famílias,

Um estudo de caso apresentado por Gonzalo (2018) demonstrou que um espaço de acolhida para união e fortalecimento de mulheres migrantes e refugiadas é fundamental para o desenvolvimento e exercício da cidadania. O estudo mostrou a atuação da rede grega de mulheres migrantes e refugiadas *Melissa Network*, cuja atividades são realizadas na cidade de Atenas e congregam mulheres migrantes de mais de 45 países.

Gonzalo (2018) explica que a rede de mulheres atua em uma plataforma comum, um centro onde as redes e as pessoas podem se reunir, compartilhar suas preocupações e ideias, apoiar-se mutuamente em busca de objetivos comuns, com três eixos de atuação: trabalho em rede, criação de capacidades e defesa e promoção de Direitos Humanos. A pesquisadora demonstrou que as mulheres unidas geram estratégias de resistência e ação direta em suas necessidades.

Destaca-se que o estudo de Gonzalo (2018) apresentou como principal objetivo da rede *Melissa Network* a união das mulheres migrantes na Grécia para que pudessem ser ouvidas, destacando que todas as atividades são planejadas e selecionadas com o propósito de abrir canais de comunicação e promover a integração. Assim, as atividades escolhidas cumprem com uma série de valores vinculados a promoção da educação, da cultura e da informação, do trabalho em grupo, das estratégias de apoio

Por sua vez, os caminhos trilhados pela Associação Fanm Nwa demonstram que as migrantes haitianas iniciaram suas atividades em um espaço seguro para ações específicas como aulas de reforço para os filhos, aulas de português para familiares, ajuda financeira mútua, troca de experiências e vivências, compartilhamento de informações até iniciarem relações com outras instituições privadas, como foi o caso da Associação Scalabrini para apoio com a elaboração do estatuto da associação, passando por empresas privadas, como a para cursos de qualificação profissional, até chegar à incidência política com a presença e voz no Seminário de elaboração da Política Municipal para Refugiados e Migrantes na cidade de Manaus.

Dentre os vários objetivos da Associação Fawn Nwa estão a promoção de atividades com a finalidade de empoderamento feminino e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ao mesmo tempo que pretende combater qualquer forma de retrocesso no campo dos direitos conquistados pelos migrantes e refugiados no Brasil. Assim, esta união de mulheres migrantes busca benefícios para suas associadas, mas vai além e pretende ser uma voz que se ergue contras injustiças sociais.

Diante dos tópicos acima abordados, considerando o campo jurídico da associação como união de pessoas para fins não-econômicos, passando pelas reflexões de gênero, processos de lutas coletivas de direitos e superação das subalternidades, necessárias à compreensão das questões de migrantes haitianas, destaca-se o pensamento da intelectual negra Akotirene (2019), vejamos:

É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais

causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas com mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismos, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano. (AKOTIRENE, 2019, p. 15).

Neste sentido, a interseccionalidade ventilada pela escritora Carla Akotirene permite as reflexões dos vários temas que perpassam o associativismo de migrantes haitianas, destacado ainda que não existe hierarquia de opressão, porém a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxerga-las como identidades.

A formação e formalização da Associação Fanw Nwa – Mulheres Imigrantes e Refugiados Empoderados teve início durante o período da pandemia do COVID-19 como uma alternativa para os diversos problemas sociais agravados durante o isolamento social e todos os seus desdobramentos.

O recorte temporal ajuda a compreender como mulheres haitianas em Manaus, negligenciadas em suas necessidades e questões, resistiram às tentativas de silenciamento e exclusão de políticas públicas, a exemplo do auxílio emergencial que inicialmente gerou dúvidas e confusão sobre a sua concessão à migrantes de maneira geral, o que atingiu igualmente mães migrantes.

Evidenciar o contexto histórico-social da pesquisa e do surgimento da associação Fanw Nwa ajudará a compreender como a pandemia do COVID-19 foi enfrentada de forma tão desigual em Manaus, lugar que protagonizou um dos cenários mais caóticos com a falta de oxigênio e a morte de dezenas de centenas de pessoas.

A partir da compreensão dos tópicos apresentados referentes à migração haitiana no Brasil, a pesquisa abordará o processo coletivo pela luta por direitos e o caminho para a formalização da Associação Fanw Nwa.

## 4 VOZES HAITIANAS

No primeiro dia de trabalho na casa da patroa, trouxe comigo uma marmita. Ela disse: “Não precisa de uma marmita, aqui não é uma cantina! Sempre haverá algo para comer!” Assim, no dia seguinte, não levei nada de casa para o almoço. A patroa disse aquilo, mas seu marido olhou para mim de pé, com meus setenta quilos bem distribuídos, e disse: “Essa mulher deve comer feito um animal!”. Ao ouvir a frase, perdi o apetite e, de noite, voltando para casa, senti meu estômago roncar, pois tinha hesitado em comer direito<sup>10</sup>.

### 4.1 As vozes que se erguem

No presente capítulo será apresentado o processo de luta coletiva por direitos mediante a formação e formalização da Associação Fanm Nwa. As vozes haitianas que se erguem na Amazônia reivindicando cidadania.

Os caminhos para a elaboração desta pesquisa passaram por expectativas, dúvidas e decisões. Ao longo desta trajetória, um ponto de atenção para o trabalho seria a pesquisa voltada para mulheres migrantes, em razão de suas particularidades nos processos de mobilidade. Então, considerando que foi com as migrantes haitianas que tive o primeiro contato dentre todos os fluxos migratórios e considerando ainda que foi justamente o início dos estudos dos Direitos Humanos, ficou evidenciado que a pesquisa seria melhor desenvolvida sobre aquilo que me causou profunda empatia.

No início, eu acreditava que os haitianos falassem francês como língua principal, mas com a convivência, percebi que aqueles que aqui chegavam, falavam o creole haitiano, uma forma de resistência desde a independência e que sobreviveu ao longo da história.

Conforme ensinam Pimentel, Contiguiba e Ribeiro (2016), o crioulo haitiano foi, durante mais de três séculos, uma língua viva, falada por um número considerável de pessoas, mas que por falta de reconhecimento político por parte do Estado haitiano, não contou com sua organização formal no plano linguístico acadêmico. Mesmo sendo uma língua corrente, de fato e de direito, o seu reconhecimento na Consituição haitiana de 1987 só foi possível por meio da luta militante de intelectuais, no entanto o que a lei diz não é, na prática, o que as pessoas fazem.

Os autores ainda destacam que ao longo da sua formação, o crioulo haitiano passou por um longo processo de marginalização no sentido de não ser reconhecido como língua, apesar

---

<sup>10</sup> Trecho do livro *Cartas a uma negra* da escritora da Ilha de Martinica, Françoise Ega. (2021).

de ser falado pela quase totalidade dos haitianos como língua materna. Explicam que o francês é uma segunda língua e a sua aquisição se dá após os haitianos terem aprendido o crioulo. Outro aspecto importante ressaltado pelos pesquisadores é o fato de o francês figurar como a língua do colonizador e, conseqüentemente, um traço diacrítico, operando como sinal de contraste que demarca espaços de poder. O haitiano que fala francês é aquele que faz parte de uma pequena elite da sociedade, ou seja, aquele que teve acesso à escolarização, que é predominantemente em francês e em escolas majoritariamente privadas, o que pode indicar a condição socioeconômica das pessoas e o lugar social de cada um.

Embora a convivência tenha me despertado para os estudos da temática da migração e do refúgio, o aprendizado do creole haitiano foi muito limitado a algumas poucas palavras.

Manaus foi uma das cidades que recebeu o fluxo de migração haitiana e muitos dos migrantes decidiram permanecer na cidade e recomeçar uma vida que não foi possível no Haiti.

Durante o percurso da pesquisa, foram realizadas diversas reuniões com as migrantes haitianas em que serão destacadas as principais delas, além das entrevistas semiestruturadas com as três principais lideranças que conduzem o coletivo.

O exame de qualificação foi determinante para a estruturação da pesquisa, uma vez que despertou para a necessidade de resgatar o itinerário histórico da chegada dos haitianos ao Brasil, com as questões políticas e econômicas da época, a articulação da sociedade civil a partir da Pastoral do Migrante, tanto em Tabatinga como em Manaus.

A fim de preservar as migrantes haitianas entrevistadas, seus nomes foram alterados e substituídos por Adeline, Beatrice e Fabienne. Com o objetivo de manter a identidade de origem e memória, os nomes escolhidos são nomes femininos haitianos. As três entrevistadas possuem o ensino médio, concluído no Haiti, trabalharam na informalidade, tinham a perspectiva de melhorar a renda da família e ter melhores condições de vida.

A minha trilha do conhecimento na área dos direitos dos migrantes e refugiados teve início com o voluntariado junto à Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus. A entrada no Mestrado em Ciências Humanas abriu oportunidades de pesquisar temas com os quais eu já havia trabalhado, trouxe para a academia as experiências vividas com mulheres migrantes ao longo dos anos que trabalhei diretamente no atendimento de migrantes e refugiado de forma profissional, bem como voluntária a Pastoral do Migrante.

O início da atividade voluntária na Pastoral do Migrante abriu caminhos que eu jamais pensei em trilhar. Até então, a advocacia tinha sido exercida nas matérias mais burocráticas como direito administrativo, pois exerci o cargo de Assessora Jurídica da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (ESPI) da Prefeitura de Manaus.

Os direitos dos migrantes e refugiados foi a porta de entrada para o estudo dos Direitos Humanos que permanece até os dias atuais na minha vida, pessoal e profissional. Foi o divisor de águas da minha atuação como advogada. A partir do contato com os estudos da migração na Amazônia, especialmente o estudo das mulheres migrantes, um novo campo de atuação se abriu e uma nova perspectiva de compreender o mundo se revelou.

Em 2013, chegavam dezenas de haitianos todos os dias a Manaus, em sua maioria vindo de barco por Tabatinga e já tendo como referência a Paróquia São Geraldo em Manaus. Os religiosos da paróquia conseguiram mobilizar parte da comunidade do entorno, conseguindo doações de alimentos, itens de limpeza, itens para alojamento, colchões, roupas e a sensibilização para a causa dos migrantes e refugiados.

Destaca-se que a Paróquia São Geraldo foi o local de referência para atendimento, orientações e acolhimento para centenas de haitianos e haitianas em Manaus, em razão da missão scalabriniana localizar-se naquela paróquia, onde realiza as atividades com os migrantes.

Nos anos seguintes, a Paróquia desenvolveu atividades e ações para atender e tentar integrar os migrantes residentes em Manaus. Vejamos.

O dia 18 de maio, comemorado o Dia da Bandeira do Haiti passou a ser celebrado na quadra da Paróquia para manter a memória de uma data importante aos haitianos, símbolo de identidade e memória, data para refletir sobre a resistência com que conquistaram a independência nacional como a primeira república negra das Américas e o compromisso de transformação nos dias atuais.

Outra celebração para ser destacada é a Festa da Independência. Conforme ensina Costa (2016), a independência do Haiti coincide com o fim da escravidão, após um longo processo que teve início com o levante de escravizados em 1791, quando começaram a abandonar as plantações, destruir os engenhos, matar os proprietários e agredir os brancos. Em breves palavras, o autor apresenta os seguintes ensinamentos:

[...] o movimento ganhou força com a chegada no comando do senhor François-Dominique Toussaint L'Ouverture. Ele era de uma família muito influente na África, por isso foi rapidamente aceito como líder. Em 1801, Napoleão Bonaparte enviou a Santo Domingos uma expedição de 25 mil soldados sob o comando do seu próprio cunhado, o general Leclerc. Este conseguiu alguns êxitos iniciais, mas excedeu-se na crueldade contra a valentia dos negros. Conseguiu capturar Dominique T. L'Overture em agosto de 1802 e enviá-lo para Paris onde morreu na prisão. Mas os franceses seguiam tendo grandes baixas nos combates e, além do mais, eram acometidos pelas doenças tropicais. A França enviou mais 34 mil soldados. Mas os revolucionários, comandados por Dessalines, Christophe, Clairveaux, Maurepas, Pétion e outros líderes negros prosseguiram o combate e conseguiram derrotar e expulsar o exército francês. No dia 29 de novembro de 1803 os revolucionários negros divulgaram uma declaração preliminar de Independência definitiva. Em 1º de janeiro de 1804,

Dessalines conseguiu fazer a definitiva declaração de independência da colônia de Saint-Domingue. O novo Estado recebeu, no batismo, a denominação indígena de Haiti. (COSTA, 2016, p. 54-55).

Em relação aos projetos realizados, importante salientar o projeto social Mãos Entrelaçadas, desenvolvido entre a Cáritas Arquidiocesana de Manaus, o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com a execução do projeto na Paróquia São Geraldo.

Em resumo, o projeto teve como objetivo, proporcionar alternativas de trabalho e geração de renda aos migrantes haitianos, principalmente às mulheres, por meio da capacitação em trabalhos na linha do artesanato, alimentação e no corte e costura. Devido a presença de outros fluxos migratórios oriundos da Venezuela, Colômbia e Peru, abriu-se à participação desses novos migrantes em todos os cursos, além das pessoas da comunidade.

Os cursos desenvolvidos pelo projeto envolveram a serigrafia, culinária, corte e costura, bordados com pedraria, bordados em sandálias para citar como exemplos, ministrados pelo CETAM. Os cursos de português foram ministrados pela UFAM que também proporcionou uma formação complementar com o curso de Geografia do Brasil e da Amazônia.

Assim, a Paróquia São Geraldo foi o local de acolhida, referência e execução de ações e projetos que tiveram o objetivo de integrar mulheres haitianas à nova realidade em que viviam, preparando o terreno para que migrantes pudessem se reerguer e recomeçar uma nova vida.

No decorrer dos cursos, percebeu-se a necessidade das migrantes que eram mães deixarem os filhos em um local seguro e próximo de onde estavam. Nesse sentido, destaca-se a criação da Casa de Apoio às Crianças nas dependências da Paróquia, onde as crianças filhas de mulheres migrantes foram acolhidas durante o dia para que suas mães pudessem realizar cursos de formação e capacitação, procurar emprego e trabalho. A casa de apoio não fez parte diretamente do projeto, mas foi fundamental para o desenvolvimento dele, pois proporcionou segurança às mães e às crianças. O local permanece como casa de apoio e continua funcionando com o mesmo objetivo.

Costa (2016) destacou que a quadra da Paróquia São Geraldo havia sido coberta em 2012 e percebeu-se que era possível, considerando o tamanho da quadra, destinar uma parte de seus fundos para construir algo. Relata que ficou decidido que iria-se construir um prédio de dois andares, ficando a parte térrea para a Casa de Apoio às mães migrantes e a residência da pessoa de serviço da paróquia, e o primeiro piso ficaria para as salas de catequese e de encontros.

Neste sentido, o autor ressalta que a Fundação Alan Kardec colaborou com a construção da estrutura e enquanto ia sendo construída, iniciaram-se os encontros com as mães migrantes para que pudessem entender o significado da casa, os seus objetivos e os requisitos para as crianças serem aceitas: para deixar as crianças, as mães deveriam estar trabalhando, além de aceitarem as normas da casa, dentre elas, colaborar com uma contribuição simbólica em dinheiro para a manutenção.

Em junho de 2013, a Casa de Apoio foi aberta às primeiras crianças, com capacidade para 25 (vinte e cinco), entre a idade de seis meses a três anos, com o horário de funcionamento das seis horas da manhã até às dezessete e trinta, acompanhadas por cinco funcionárias e algumas voluntárias. As despesas da Casa provêm de doações, pessoas físicas e jurídicas, segundo Costa (2016).

Outro exemplo marcante foi a criação da Fábrica de Picolé que chegou a ter mais de cem vendedores de picolé, trabalho que proporcionou uma renda às suas famílias. A fábrica iniciou as atividades em 2014 com o objetivo de possibilitar uma renda extra para os migrantes, sobretudo aos migrantes idosos desempregados, e ajudar nas despesas da Casa de Apoio das crianças, produzindo sorvete e, meses depois, passou a produzir picolé.

Destaca-se que a fábrica de picolé foi idealizada para ajudar os migrantes com uma renda extra, porém passou a ser a renda principal das famílias envolvidas no processo produtivo, à época, aproximadamente setenta famílias logo no início.

Salienta Costa (2016) que o Padre Valdecir Molinari, pároco da Paróquia São Geraldo à época, conseguiu as primeiras máquinas da fábrica e preparadas algumas pessoas para o serviço, todas elas migrantes. Com as atividades iniciadas, os demais equipamentos foram sendo conseguidos por meio de projetos específicos para a fábrica. No início, os vendedores utilizavam caixas de isopor para vender os picolés e com o aumento do número de vendedores foram comprados os primeiros carrinhos de picolé. O autor salienta também que com a crise de emprego que também atingiu Manaus e, considerando que o migrante ganhava muito mais vendendo picolé do que trabalhando como servente de pedreiro, o número de vendedores aumentou chegando a ter mais de cem vendedores.

Durante os anos seguintes, até meados de 2017, continuei como voluntária nas atividades e ações em prol dos migrantes atendidos pela Pastoral. Em 2018, o trabalho voluntário virou profissional com a minha admissão na Cáritas Arquidiocesana de Manaus para trabalhar em um projeto emergencial em parceria com o ACNUR.

A partir de janeiro de 2018, iniciei as atividades de advocacia junto a uma equipe multidisciplinar especialmente contratada para executar o projeto em questão. Foi necessária

uma viagem ao Rio de Janeiro para formação e capacitação na Cáritas do Rio de Janeiro, por ter sido a primeira a trabalhar com refugiados, especialmente refugiados políticos na época da Ditadura Militar no Brasil. Em breves palavras, foi assim o início do trabalho profissional com migrantes e refugiados em Manaus.

## 4.2 A Associação Fanm Nwa

O caminho percorrido da presente pesquisa teve início com o estudo do contexto histórico, político e social que uniu Brasil e Haiti e passou pelos referenciais teóricos do associativismo de mulheres migrantes, com a pesquisa e experiências de processos de associativismo identificadas durante a pesquisa bibliográfica.

O tópico anterior demonstra a mobilização feita pela sociedade civil, destacando-se as atividades da Pastoral dos Migrantes de Manaus, para que as migrantes pudessem recomeçar. Os caminhos e decisões tomadas para que estas migrantes tivessem condições de pensar em alternativas de geração de renda, pudessem se reerguer, se fortalecer.

O processo de associação de mulheres teve início com atividades combinadas entre as fundadoras da Associação Fanm Nwa, concretizados com aulas de reforço às crianças e adolescentes haitianos, aula de português aos novos migrantes haitianos recém chegados, busca por parcerias para formação e capacitação.

O coletivo de migrantes haitianas começou a se mobilizar em benefício das demandas de suas famílias, se reuniam em suas casas para compartilhar experiências, falar de dificuldades encontradas na busca por direitos, dificuldades em compreender alguns processos burocráticos exigidos em órgãos públicos, pensar em alternativas de trabalho e geração de renda para as mulheres.

O nome composto *Fanm Nwa* significa “mulher negra” em creole haitiano, nome escolhido pelas migrantes para representar a mulher haitiana. O projeto gráfico da associação foi composto pela identidade visual, *design* para o crachá e cartões de visita, além dos projetos para as redes sociais da associação, especialmente a rede social *Instagram*<sup>11</sup>.

A identidade visual da associação foi composta pelo desenho de uma mulher negra com cabelo estilo *black power* e as cores do Brasil e do Haiti pinceladas nos detalhes da mulher migrante: amarelo nos brincos da mulher, verde no colar que ela usa; azul e vermelho na faixa de cabelo; as quatro cores compõem ainda os círculos da imagem ao redor a mulher. O objetivo

---

<sup>11</sup> Disponível na rede social *Instagram* com o perfil @fanmnwa10hb (ASSOCIAÇÃO FANM NWA, 2021).

era identificar pela imagem que se tratava de uma associação de mulheres negras migrantes haitianas.

Figura 2 - Cartão de Visita e Imagem para documentos institucionais.



Fonte: Associação Fanm Nwa (2021).

Figura 3 - Design do crachá da Associação.



Fonte: Associação Fanm Nwa (2021).

O início da pandemia do COVID 19 impactou as famílias das mulheres migrantes, silenciadas e desconsideradas. O Auxílio-Brasil, para mencionar um exemplo, foi negligenciado aos migrantes, em meio à intensificação da divulgação de *fake news*. As principais dúvidas e busca por informações de migrantes que chegavam à Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes consistiu em saber se migrantes e refugiados teriam direito ao recebimento do citado auxílio.

Neste sentido, foi necessário um processo de divulgação de informações seguras que foi realizado por meio dos aplicativos de mensagens entre os grupos de migrantes e refugiados em Manaus. Tendo em vista todo o processo de distanciamento social, fechamento do comércio e limitação de circulação, o ano de 2020 foi marcado por dúvidas, incertezas, negacionismo, *fake news*.

Uma parcela significativa de migrantes sobrevivia de trabalho informal e durante a pandemia perceberam que não conseguiriam sobreviver, gerando um impacto na renda das famílias migrantes que precisaram recorrer às instituições de apoio a migrantes e refugiados na cidade de Manaus, como foi com a Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes.

Em meados de 2021, a Associação Scalabrini atendeu a migrante haitiana, residente em Manaus, a senhora Adeline<sup>12</sup>, em busca de apoio e orientação para formalizar uma Associação de mulheres. A senhora Adeline já era conhecida da Pastoral do Migrante pois chegou nos primeiros anos da migração haitiana para o Brasil, após o terremoto em janeiro de 2010.

Adeline é a migrante haitiana que exerce liderança entre as mulheres de sua comunidade em Manaus. Em sua entrevista, informou que tem trinta e nove anos, tem trinta e nove anos e declarou que foi Professora de Alfabetização para crianças no Haiti e complementava a sua renda, vendendo perfumes. Destacou que as migrantes haitianas precisam de apoio para estudar e serem independentes.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEPA), a entrevista realizada com Adeline, em meados de novembro de 2022, época em que ela ainda estava investindo neste pequeno negócio, localizado na zona leste de Manaus, próximo ao Terminal Quatro. Destacou que o restaurante garante a renda para sustentar sua família, mas pretendia se dedicar à associação e ao trabalho coletivo com as outras haitianas.

O restaurante é um lugar simples, com um *trailer* onde prepara as refeições, o cliente escolhe a proteína e pode se servir com os pratos disponíveis: carne de panela, frango assado, salada, maionese, farofa, arroz, feijão. Não há nenhuma comida típica do Haiti. Adeline

---

<sup>12</sup> Nome fictício para não identificar a migrante.

manifestou preocupação em relação ao trabalho e emprego pois entende que é preciso ter um trabalho autônomo diante da limitação de novos postos de trabalho, não haverá emprego “pra todo tempo”, é preciso trabalhar em algum momento por conta própria.

Ressaltou também que acredita na força do trabalho coletivo das mulheres migrantes e que suas conterrâneas precisam de apoio, são mulheres que gostam de estudar e trabalhar, ter a própria renda e preocupa-se com o futuro pois sabe que não haverá emprego formal para todos.

Diante desse contexto, Adeline apresentou a proposta de formalizar o coletivo de mulheres que liderava para uma Associação Civil, nos termos da lei brasileira. Explicou que possuía um grupo de mulheres que vinham se reunindo e realizando atividades para os filhos e gostariam de realizar também para as mulheres adultas, promover uma formação, captar recursos, fazer parcerias com outras instituições.

Destaca-se que o futuro nome da Associação das migrantes haitianas passou por uma reflexão, levando em consideração as palavras migrantes e refugiado. Adeline explicou a necessidade de colocar os termos migrantes e refugiados juntos, embora a maior parte dos migrantes haitianos sejam beneficiários do visto humanitário. A presidente ressaltou que poderia atender e apoiar algum refugiado haitiano, em outras palavras, não importava tanto o tipo de regularização migratória do migrante haitiano, mas a sua condição de vulnerabilidade.

Como inicialmente explicado no Capítulo 1, o Código Civil de 2002 em seu artigo 53 trouxe a previsão da associação com a sua constituição formada pela “união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (BRASIL, 2002). As associadas unem-se para alcançar fins/bens educacionais, culturais, recreativos e outras atividades/demandas não econômicas, conferindo/assegurando ainda a legitimidade para a defesa de interesses coletivos na nova ordem democrática de direito.

Adeline explicou que a formalização da associação civil das migrantes haitianas era uma necessidade diante dos problemas surgidos durante o período mais difícil da pandemia. Todas as mulheres que fazem parte da sua rede de apoio sofreram com a perda da renda, do trabalho ou emprego, recorrendo ao auxílio emergencial oferecido pelo Governo Federal<sup>13</sup>, além dos problemas decorrentes das atividades escolares dos filhos que tiveram que permanecer em casa, as dificuldades e incertezas diante do cenário de caos no Brasil.

Em relação aos auxílios que surgiram durante a pandemia (Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil), houve um momento de dúvidas e incertezas de uma parcela de migrantes sobre

---

<sup>13</sup> O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19, em conformidade com a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

o direito ao seu recebimento pelo fato justamente de serem migrantes. O recebimento do auxílio tem como fundamento a vulnerabilidade social, condicionada à regularização migratória, especialmente o cadastro de pessoa física. Este documento é fundamental para o exercício de direitos no Brasil, uma vez que é exigido nos cadastros oficiais.

Neste sentido, a Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes em Manaus, entidade vinculada à Missão Paz de São Paulo<sup>14</sup>, começou a orientar os migrantes sobre o cadastro, as informações necessárias e o procedimento sobre o benefício

A partir da demanda apresentada por Adeline para o apoio na formalização da associação das mulheres migrantes, a Associação Scalabrini me designou para acompanhar e orientar o coletivo de mulheres haitianas

O caminho para a formalização teve início com uma reunião em conjunto com as migrantes haitianas fundadoras da associação em que foram elaboradas a ata de constituição e eleição, além do debate sobre os objetivos que a associação teria. A escolha da diretoria já estava acordada entre elas, de maneira que apenas foram organizadas as informações necessárias na referida ata.

Um primeiro ponto de atenção entre as migrantes haitianas foi o fortalecimento pessoal de compreender-se protagonista de sua própria história e agente de transformação. Das três lideranças fundadoras da Associação, apenas uma trabalhava de maneira formal antes da pandemia, com carteira assinada como empregada doméstica: Beatrice.

Ao longo das reuniões preparatórias da formalização da associação, foi preciso derrubar as barreiras e resistências da mentalidade conservadora. Todas as fundadoras da associação se conheceram em função da Igreja evangélica, direta ou indiretamente, por meio dos cultos ou por relações próximas umas das outras. Embora a Paróquia São Geraldo seja uma referência para orientação e acolhimento a migrantes e refugiados, as mulheres migrantes envolvidas na pesquisa professam a fé cristã evangélica.

Durante as entrevistas, destacou-se a menção ao conhecimento do marido, uma comunicação com permissão transitou entre a confirmação e a aprovação. Era importante compartilhar com o companheiro os objetivos das reuniões e a decisão de registrar uma associação, pois parte dos recursos investidos tinha origem da renda familiar. A formação da associação se confundiu inicialmente com a formação de uma empresa e foi necessário compreender em que consistia a atividade de uma associação, que não possui fins lucrativos.

---

<sup>14</sup> A Missão Paz é uma instituição filantrópica scalabriniana de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo, em atividade desde os anos 1930.

Os debates para a construção dos objetivos geraram dúvidas quanto as possibilidades de atuação. Diante de tantas dificuldades, era necessário identificar todos os anseios das mulheres migrantes, ainda que demorasse a se concretizar. Partiu-se do protagonismo feminino, destacando a importância da mulher ter suas próprias rendas, fruto de seu trabalho, ainda que dominado pela exploração e informalidade. Chegou-se à conclusão que o caráter da associação seria: assistencial, cultural, educacional e profissional.

A primeira reunião aconteceu no dia 25 de abril de 2021, em uma das salas da Paróquia São Geraldo. Esta data marca o início das atividades visando à formalização da associação e foi a data marcada na ata de constituição, eleição e posse da Associação Fanm Nwa.

A reunião em questão teve como finalidade debater os principais objetivos, princípios e eixos de atuação do Estatuto, além das assinaturas necessárias e cumprimento de parte das exigências legais para a formalização da associação no cartório de registro de pessoa jurídica. Era necessário que os objetivos estivessem bem delimitados para preparar a associação para futuras ações que pudessem envolver a captação de recursos, mediante a execução de projetos, celebração de parcerias e outras ações correlatas.

Neste sentido, o fortalecimento pessoal das mulheres migrantes também surgiu como necessidade combinado às ações de geração de renda, incluindo a promoção de atividades para inclusão digital, a promoção e orientação da educação jurídica no Brasil, bem como ações para geração de renda.

Ao longo do processo, percebeu-se que as atividades e iniciativas refletiram os anseios por políticas públicas que, afinal, marginalizam e dificultam a participação de migrantes: acesso à linha de crédito, orientações para abertura de Microempreendedor Individual (MEI), formação básica para administrar as finanças profissionais, administração de pequenos negócios.

À medida que as atividades da cidade retornavam, as mulheres começaram a realizar pequenas ações em favor de sua comunidade. Em julho de 2021, uma das primeiras atividades foi a realização de aulas do reforço escolar para crianças e adolescentes. A associação recebeu doação de livros para o aprendizado da língua portuguesa e apoio às outras áreas de estudos.

Em comum acordo, as migrantes haitianas alugaram um pequeno espaço que se transformou em sala de aula, sala de reuniões, espaço de convivência, troca de informações, notícias sobre migração em geral. Foram realizados mutirões de reforma para limpeza do espaço, pintura e organização em geral da mobília para as aulas a serem realizadas.

A conquista do espaço físico destinado às atividades da associação deu início à uma conquista coletiva de um espaço cujo significado foi além do aluguel de uma sala para ações e

atividades: significou a possibilidade de sonhar junto, planejar os objetivos coletivamente com a participação de todas as envolvidas na construção da associação.

A pandemia do novo Coronavírus trouxe um cenário de escassez de informações confiáveis diante da máquina das *fake news*. Então era preciso fortalecer a rede de apoio, os grupos de haitianos nos aplicativos de mensagens com informações verdadeiras. Assim que recebiam ou verificavam alguma notícia referente à regularização migratória de haitianos no Brasil, estas eram divulgadas nos grupos.

Destaca-se o processo de reunião familiar: famílias haitianas começaram a fretar aviões para chegar ao Brasil, principalmente com crianças e idosos nos voos. A iniciativa provocou a justiça federal a adotar medidas de regularização migratória no Brasil, pois as denúncias de demora e corrupção nas concessões de vistos em Porto Príncipe desencadearam a saída do Haiti sem o visto do Brasil.

A migrante haitiana líderança do grupo, Adeline, identificou a necessidade de promover aulas de reforço escolar aos adolescentes por causa das dificuldades encontradas durante a pandemia. Receberam doação de livros, cadernos e alguns itens de papelaria de apoio às aulas.

De outro lado, em julho de 2021, a Associação intermediou uma atividade de inclusão digital, uma parceria com o Instituto Descarte Correto que proporcionou curso de informática básica a uma turma de haitianos e haitianas.

Neste sentido, a inclusão digital foi uma das formas de melhoria nas condições de vida das migrantes, pois proporcionou o início de um trabalho para acesso democrático às tecnologias de informações e comunicações. A busca por informações verdadeiras em sistemas oficiais propiciou que as migrantes avaliassem e compartilhassem informações que a comunidade necessita.

De maneira ampla e considerando a necessidade de migrantes e refugiados terem acesso às informações verdadeiras, públicas e oficiais, a inclusão digital é uma maneira de possibilitar maior autonomia e segurança no exercício da cidadania.

O passo seguinte foi aproximar-se de outras associações de migrantes que já estavam desenvolvendo ações de geração de renda e pudessem fortalecer as iniciativas que estavam começando.

Em Manaus, um coletivo de venezuelanas e venezuelanos organizou a Primeira Feira Internacional de Empreendedores (FIE) que aconteceu em julho de 2021, no Palácio da Justiça. Conforme informações da rede social da feira em questão<sup>15</sup>, temos as seguintes informações:

---

<sup>15</sup> Disponível na rede social *Instagram* com o perfil @fiemanaus (FEIRA INTERNACIONAL DE EMPREENDEDORES, 2021).

A Feira Internacional de Empreendedores surgiu do sonho de um grupo de refugiados e migrantes que escolheu Manaus como sua cidade no Brasil. Venezuelanos, Haitianos, Colombianos e Brasileiros uniram suas culturas e saberes para mostrar o melhor da gastronomia, moda e artesanato de seus países.

[...]

A primeira edição da Feira aconteceu em julho de 2021, no Palácio da Justiça, teve nada menos que 400 visitantes em dois dias. Durante os dois dias do evento aconteceram atrações culturais e vendas de pratos culinários típicos da Venezuela como cachapa, pepito e arepa, que também faz parte da gastronomia colombiana, que possui chorizo, patacón e aborrajado, e representando o Haiti o tassot, bacalhau à crioula e griot de porc haitien. (FEIRA INTERNACIONAL DE EMPREENDEDORES, 2021, p. 1).

A parceria da Associação Fanm Nwa com os organizadores da FIE foi a primeira parceria com o objetivo da geração de renda, de divulgação dos expositores e fortalecimento em rede das atividades de migrantes e refugiados em Manaus. Destaca-se que a FIE foi uma iniciativa dos próprios migrantes residentes em Manaus que iniciaram tratativas com organizações da sociedade civil e o poder público para a realização da feira.

A participação da Fanm Nwa consistiu em apresentação musical e da exposição dos artesanatos produzidos pelas migrantes haitianas associadas. A feira foi uma oportunidade de divulgação da Associação Fanm Nwa, além do contato com outros migrantes com iniciativas diferentes na cidade, um momento para se conhecerem, compartilharem experiências, articularem novos projetos e ações.

Para as migrantes haitianas da associação, serem reconhecidas como empreendedoras, artesãs, expositoras vinculadas a um coletivo de mulheres, faz parte do processo de empoderamento feminino, de reafirmação de ser uma profissional, de ter autonomia em alguma atividade, uma vez que se fortalecem, juntas tornam-se protagonistas em um cenário que foge do âmbito familiar.

Importante destacar a atividade cultural da Associação para os filhos de haitianos residentes em Manaus a fim de que conheçam e mantenham a memória de seu país de origem. Para citar um exemplo, foram realizadas oficinas culturais com músicas haitianas, destacando-se o canto e a interpretação da música *Haiti Chérie*.

Conforme nos ensina Handerson (2015), a música é titulada “Lembrança do Haiti” de autoria do músico e violinista haitiano Othello Bayard (1885-1971) que compôs a letra e a melodia dos acordes que soam no coração e na memória coletiva do povo haitiano. Ressalta o autor que não é o hino nacional do país, mas geralmente, é utilizado como um hino para expressar o patriotismo, o amor pela Perla das Antilhas, como era apelidado o Haiti no século XIX e XX.

A seguir, apresenta-se a primeira estrofe da música traduzida por Handerson (2015, p. 20) para a língua portuguesa:

“1ª Estrofe

- Haiti querido, melhor país do que você não há.
- Precisei tê-lo deixado para compreender seu valor,
- Precisei lhe sentir a falta para poder apreciá-lo,
- Sentir realmente tudo o que representava para mim.
- Tem bom sol, bom rio e boa bebida,
- Debaixo de árvore, há sempre boa sombra,
- Há bom vento que nos refresca,
- Haiti Thomas, você é um país que me é caro.”

O processo coletivo de memória, como foi a realização da atividade acima descrita, fortalece os laços de pertencimento ao país de origem, ao mesmo tempo em que ajuda os jovens filhos de haitianos a se perceberem no contexto social do Brasil, identificar o seu lugar de fala e questionar a realidade.

Para as migrantes haitianas da pesquisa, a manutenção dos laços afetivos com o Haiti consiste em uma postura de fortalecer a identidade, identificar a origem de sua cultura, a maneira de se posicionar como migrante no Brasil.

Sobre a identidade cultural, Hall (2015) traz ao debate a perspectiva da *tradução*, explicando que este conceito descreve aquelas formações de identidades que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Para ele, essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. O autor nos ajuda a refletir com as seguintes palavras:

Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo ético. Elas estão irrevogavelmente *traduzidas*. (HALL, 2015, p. 52).

A segunda entrevistada foi a haitiana Fabienne de quarenta e dois anos. Declarou que saiu do Haiti em 2008 e foi trabalhar na República Dominicana, país fronteiriço àquele. Relatou que a vida em geral e principalmente as condições de trabalho naquele país eram muito difíceis, enfrentou muito preconceito e racismo por ser haitiana mulher negra. Embora Fabienne tenha

uma fala tranquila, uma forma de se expressar com suavidade, há um contraste com as histórias de exploração no trabalho que passou.

Fabienne foi a única a mencionar a forma como reencontrou o marido na República Dominicana e foram embora morar na Venezuela. Os dois saíram do Haiti no mesmo ano de 2008, mas o marido, Baptiste<sup>16</sup>, partiu para este país. Contou que continuaram mantendo contato e que o marido estava articulando uma forma de Fabienne ir para a Venezuela. Decidiu pedir ajuda a um amigo de confiança para ir buscar a esposa na República Dominicana. Fabienne ficou na expectativa, ansiosa para sair de onde estava e encontrar o marido. Ficou preocupada pois não conhecia esse amigo de confiança de seu marido. Foi ao aeroporto no horário e dia marcados e foi surpreendida pela chegada de seu marido Baptiste que tinha ido busca-la. Partiram juntos para a Venezuela e tiveram três filhos no país.

Explicou que ao perceberem o início da crise econômica naquele país, decidiram migrar para o Brasil. O marido Baptiste chegou primeiro em 2017, conseguiu emprego e enviava dinheiro para Fabienne na Venezuela. Em 2018, ela chegou ao Brasil com os três filhos, onde permaneceram até o início de 2023, quando decidiram retornar à Venezuela.

À época de sua entrevista, Fabienne relatou que estava confiante nas atividades da Associação e acreditava que a liderança de Adeline era capaz de manter o grupo de haitianas unido.

Em março de 2022, a Associação Fanm Nwa participou pela primeira vez da feira da Fundação Amazônia Sustentável (FAS)<sup>17</sup>, uma feira importante e de grande visibilidade para os expositores. Na oportunidade, levaram itens do artesanato produzido pelas haitianas. Fabienne foi a representante da associação na feira junto com outras voluntárias que se disponibilizaram para ajudá-la na barraca para expor o artesanato. A participação proporcionou o contato com novos expositores da cidade de Manaus e a troca de saberes e informações.

O segundo momento da atuação da associação passou a ser realizado com a líder do grupo Adeline. No dia 21 de julho de 2021, a liderança participou da primeira atividade virtual, um debate sobre o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha<sup>18</sup>. Ressalta-se que o dia 25 de julho foi uma data escolhida pela ONU para comemorar a luta das mulheres negras latino-

---

<sup>16</sup> Nome fictício para manter a confidencialidade.

<sup>17</sup> A Fundação Amazônia Sustentável (FAS), fundada em 2008 e com sede em Manaus, é uma organização da sociedade civil e sem fins lucrativos que atua com projetos voltados para educação, empreendedorismo, turismo sustentável, inovação, saúde e outras áreas prioritárias. Por meio da valorização da floresta em pé e de sua sociobiodiversidade, a FAS desenvolve trabalhos que promovem a melhoria da qualidade de vida de comunidades ribeirinhas, indígenas e periféricas da Amazônia.

<sup>18</sup> A partir de 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana, com a realização do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, criação da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas e a definição do 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha.

americanas e caribenhas, por uma sociedade mais justa e igualitária. No Brasil, relembra-se também a história de Tereza de Benguela, líder quilombola símbolo da resistência contra a escravização.

No dia 18 de abril de 2022, ela participou da segunda atividade virtual de debates chamada “Território e Memória: estrangeiros em Manaus”, evento realizado pela Universidade do Estado do Amazonas, que contou com a transmissão pelo canal do Youtube “Projeto de Extensão Eu não sou daqui?”<sup>19</sup>.

O referido projeto foi coordenado pelos professores/artistas Wellington Dias e Luiz Augusto Martins, tendo como discentes/artistas Rebeca Ferreira e Fernando Santos do curso de Teatro da Escola de Artes e Turismo (ESAT/ UEA) e consistiu em uma rede de diálogos e trocas com artistas e moradores na cidade de Manaus para criação de uma plataforma digital com imagens fotográficas, vídeos, textos e sonoridades atravessadas pelo universo das plantas, noções de território e memória.

Adeline falou sobre a decisão da saída do Haiti. Relatou que a mãe foi a primeira a chegar ao Brasil, em seguida Adeline chegou sozinha, sem o marido e os três filhos. Lembrou que o recomeço foi muito difícil, vendeu bombons nos transportes públicos em Manaus, participou de cursos do CETAM, mas conheceu o “sabor do Brasil” quando decidiu abrir um lanche próximo do terminal quatro: sofreu racismo e foi xingada com “palavras de baixo calão”. Com o tempo, o lanche evoluiu para restaurante.

Durante o debate, Adeline destacou que um dos maiores desafios em Manaus é enfrentar o racismo e o preconceito, os constrangimentos que passa por ser uma “mulher migrante, mulher preta”. Salientou que muitos migrantes não dominam a língua portuguesa e não entendem os seus direitos no Brasil, ficam indefesos diante das dificuldades.

No dia 17 de junho de 2022, a líder do grupo participou da atividade “37ª Semana do Migrante - Migração e Saberes – Vivências Migrantes” promovido pelo SPM. O evento consistiu em um debate virtual pelo canal do Youtube do Serviço Pastoral do Migrante, oportunidade em que Adeline falou sobre o processo de formalização da Associação Fanm Nwa diante do cenário de incertezas que se abateu com a pandemia.

Os debates virtuais foram as oportunidades para sensibilizar para a causa migratória sobre as principais dificuldades enfrentadas por migrantes no Brasil, principalmente por

---

<sup>19</sup> O projeto de extensão “Eu não sou daqui?”, coordenado pelos professores/artistas Wellington Dias e Luiz Augusto Martins, tendo como discentes/artistas Rebeca Ferreira e Fernando Santos do curso de Teatro da Escola de Artes e Turismo da UEA consiste em uma rede de diálogos e trocas com artistas e moradores na cidade de Manaus para criação de uma plataforma digital com imagens fotográficas, vídeos, textos e sonoridades atravessadas pelo universo das plantas, noções de território e memória.

mulheres migrantes negras, o momento de denunciar o racismo, preconceitos e todas as formas de constrangimentos sofridos.

Beatrice, a terceira liderança haitiana a ser entrevistada, foi a primeira a chegar ao Brasil em 2013. Em 2022 completou sessenta e dois anos e percorreu um caminho diferente das demais. Saiu sozinha do Haiti, passou pela República Dominicana, Panamá, Equador até chegar ao Brasil, na cidade fronteira de Tabatinga. Passou três meses nesta cidade, esperando a documentação ficar pronta e veio de barco para Manaus. Conseguiu inicialmente se estabelecer na cidade com a ajuda dos religiosos da Paróquia São Geraldo. Trabalhou em um sítio em Itacoatiara por dois anos até conseguir um emprego como empregada doméstica em Manaus, com carteira assinada.

Em seu relato, Beatrice destacou que durante os meses que ficou em Tabatinga, havia muitos haitianos, muitos estavam decididos a seguir para outros países e outros para outros estados do Brasil. Também ressaltou que nunca passou fome e teve o apoio dos religiosos da Igreja Católica, tanto em Tabatinga quanto em Manaus.

Após ter conseguido se estabelecer com o emprego fixo de empregada doméstica, Beatrice juntou dinheiro e comprou a passagem da filha que chegou em 2014.

Os caminhos das migrantes haitianas se entrecruzaram em Manaus para que pudessem traçar estratégias de sobrevivência, desafiar os países por onde passaram e decidir os destinos de suas vidas.

A atividade mais recente aconteceu em abril de 2023 com a organização de um mutirão de pré-documentação para atendimento pela Embaixada do Haiti em Manaus. O órgão não possui escritório em Manaus, mas reconhece o número expressivo de haitianos na cidade e promove ações pontuais de documentação.

A associação, comprometida com os interesses de regularização migratória e orientação para emissão de documentos, organizou um espaço no Bairro Cidade Nova a fim de orientar e preparar os haitianos residentes em Manaus para o atendimento pelo Embaixada.

O testemunho de lutas diárias em um país racista como o Brasil, evidencia a necessidade de ampliar os debates sobre conscientização dos direitos dos migrantes e refugiados, demonstrar e mostrar o que o grupo de haitianas está desenvolvendo em Manaus precisaria de uma forma de divulgação. O mecanismo encontrado pela Associação foi a utilização de redes sociais, especialmente a rede social *Instagram*, em que foram publicadas as atividades realizadas pelas haitianas, onde puderam divulgar e compartilhar as ações e atividades desenvolvidas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos caminhos da migração, a minha trajetória cruzou os caminhos das migrantes haitianas ou os caminhos delas cruzaram o meu. O fato é que esse encontro proporcionou uma troca de saberes e vivências que marcaram nossas vidas. Essa caminhada co-junta nos fortaleceu com as nossas experiências, nos fortaleceu enquanto mulheres em nossos espaços de lutas, nos encorajou com esperança e nos permitiu transitar pelas tensões, conflitos e diálogos que a pesquisa de campo oferece.

O ser mulher em contexto de mobilidade humana nos revela uma força imensurável, capaz de ultrapassar as fronteiras da derrota, do desânimo, dos preconceitos, do racismo, combatê-los com o êxito da chegada, da permanência, do recomeço.

A migração surgiu como uma causa de vida, a causa da minha vida naquele momento que me trouxe para a encruzilhada dos conhecimentos dos Direitos Humanos, com possibilidades e não verdades absolutas. Foi o momento de amadurecimento profissional e pessoal que se uniram diante de tantas transformações sociais para os haitianos e haitianas e que impactaram a todos.

As experiências migratórias de mulheres nos compelem às reflexões interdisciplinares, desde escolhas políticas, os instrumentos jurídicos, os aspectos culturais, laborais, diversos campos de estudos e metodologias se cruzam para a melhor compreensão do tema. Conhecer a história do Haiti e do contexto maior de descolonização da América Latina, me fez compreender o porque da migração fazer parte da vida de tantos haitianos e haitianas: o sentido social de ser *diáspora* na sociedade haitiana.

A interdisciplinariedade do tema me fez perceber quão complexa é a questão e principalmente que migrantes e refugiados são agentes de transformação social, desafiando países a se posicionarem e encontrarem soluções para aqueles que chegam em seu território, desafiando a sociedade de acolhida e seus cidadãos.

Outro processo fundamental que percebi com os estudos e com o trabalho junto às migrantes haitianas e suas demandas foi a articulação da sociedade civil organizada. A Pastoral do Migrante, em sua atuação, mostrou os caminhos para a acolhida, mostrou que o trabalho em rede de diversas organizações.

Os processos históricos de invasão do que hoje chamamos de Haiti, a organização concentrada do território, a escravização de negros africanos para as Américas, o aspecto ideológico da colonização são questões fundamentais para compreender a história do nosso continente.

É necessário combater e sucatear as bases do racismo, preconceito, xenofobia, misoginia todos os dias, nas diferentes situações do nosso cotidiano, a postura e escolha pelo antirracismo, pelo inconformismo com as desigualdades sociais, com a violência que sofremos.

Embora a escolha do tema tenha recaído na pesquisa do processo de associativismo de migrantes haitianas em Manaus, todas as leituras que antecederam o ingresso no mestrado me prepararam para a melhor compreensão dos temas que me deparei ao longo do curso.

Por sua vez, os componentes curriculares do mestrado foram fundamentais para o meu amadurecimento crítico da história do Brasil e da América Latina e todos os temas que os envolvem.

As leituras das teorias da cultura, os estudos pós-coloniais, os aprendizados com as reflexões sobre a soberania e segurança alimentar em perspectiva interdisciplinar e a epistemologia da pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas foram essenciais para o despertar de análises críticas e profundas necessárias ao entendimento da nossa sociedade.

O Haiti pagou e paga um preço alto por sua insurreição. Os dizeres de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa não alcançaram as colônias francesas, foram ventiladas como os novos rumos da sociedade, enquanto esmagava as pessoas nas colônias.

Imperioso destacar os ensinamentos de Rufino (2019) ao dispor que a descolonização deve emergir não somente como um mero conceito, mas também como uma prática permanente de transformação social na vida comum, é, logo, uma ação rebelde, inconformada, em suma, um ato revolucionário.

O citado autor demonstra que a colonização acarretou o destroçamento dos seres subordinados a esse regime, os colonizados, mas também a bestialização do opressor, o colonizador: sobre a colonização não se ergue civilização, mas sim barbárie.

O estudo da Pedagogia das Encruzilhadas veiculada por Rufino (2019) traz a rebeldia como um ato originário do nosso inconformismo com as injustiças, configura uma ação de esperança que comunga do ideal da descolonização. O autor nos ajuda a refletir e questionar que, em nossas condições existenciais e históricas, não há razão para termos pudor de discutir a violência, posto que convivemos com este fenômeno desde que fomos “descobertos”, transformados em peças de engrenagem do maquinário capitalista e inventados como Novo Mundo.

O autor demonstra que a colonização foi uma engenharia de destroçar gente, a descolonização, não somente como conceito, mas enquanto prática social e luta revolucionária, deve ser uma ação inventora de novos seres e de reencantamento do mundo.

Em um sentido mais amplo, pude compreender o contexto do processo de descolonização e todas as tentativas de reconstrução de uma sociedade liberta das estruturas deixadas pelos colonizadores.

Pesquisar o processo de associativismo de migrantes haitianas em Manaus foi também um registro histórico de uma tentativa de sobrevivência, a reação ao cansaço de tantas ausências do Estado com a negativa de direitos.

Percebi a ausência de políticas públicas de orientações aos migrantes e refugiados, principalmente em relação ao exercício da cidadania. Embora não seja possível exercer o direito ao voto, a participação democrática permite que reivindiquem direitos e ações por parte do Estado, permite a liberdade de expressão e manifestação pacífica, garante direitos à saúde e educação, à vida.

Por sua vez, a sociedade civil organizada, igrejas, organização não governamentais, associações, universidade são os grandes protagonistas do acolhimento e atendimento para essas pessoas que chegam cheias de esperança. São as referências de informações seguras, de apoio ao acesso aos serviços públicos.

A cidade de Manaus, depois da intensa migração na última década, já poderia ter providenciado um centro de apoio ao migrante com informações seguras, orientações, cartilhas informativas em pontos estratégicos da cidade, sem sobrecarregar a atuação da sociedade civil.

A formalização da Associação Fanm Nwa foi um levante diante das necessidades que se apresentaram às mulheres migrantes, mas nem por isso consistiu na solução dos problemas vivenciados por elas. Mostrou a capacidade de organização para fortalecer a reivindicação de direitos e o protagonismo de mulheres migrantes conscientes do poder de transformação social.

A pesquisa seguirá para novas possibilidades no entrecruzar de temas. E para finalizar este trabalho, que em várias camadas me impactou, recito o poema da escritora Maya Angelou, chamado “Ainda assim eu me levanto” (ANGELOU, 1978):

“Você pode me riscar da História  
Com mentiras lançadas ao ar.  
Pode me jogar contra o chão de terra,  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.  
Minha presença o incomoda?  
Por que meu brilho o intimida?  
Porque eu caminho como quem possui  
Riquezas dignas do grego Midas.  
Como a lua e como o sol no céu,

Com a certeza da onda no mar,  
Como a esperança emergindo na desgraça,  
Assim eu vou me levantar.  
Você não queria me ver quebrada?  
Cabeça curvada e olhos para o chão?  
Ombros caídos como as lágrimas,  
Minh'alma enfraquecida pela solidão?  
Meu orgulho o ofende?  
Tenho certeza que sim  
Porque eu rio como quem possui  
Ouros escondidos em mim.  
Pode me atirar palavras afiadas,  
Dilacerar-me com seu olhar,  
Você pode me matar em nome do ódio,  
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.  
Minha sensualidade incomoda?  
Será que você se pergunta  
Porquê eu danço como se tivesse  
Um diamante onde as coxas se juntam?  
Da favela, da humilhação imposta pela cor  
Eu me levanto  
De um passado enraizado na dor  
Eu me levanto  
Sou um oceano negro, profundo na fé,  
Crescendo e expandindo-se como a maré.  
Deixando para trás noites de terror e atrocidade  
Eu me levanto  
Em direção a um novo dia de intensa claridade  
Eu me levanto  
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,  
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.  
E assim, eu me levanto  
Eu me levanto  
Eu me levanto.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Suely Carneiro; Pólen, 2019.
- ANGELOUS, M. **Ainda assim eu me levanto**. 1978.
- ASSIS, W. L. S.; RIBEIRO, A. M. M.; FERNANDES, E. R. Migração, “raça”, gênero e a produção de desigualdades na Amazônia brasileira: reflexões a partir da presença de haitianos em Porto Velho, Rondônia. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 434-454, out. 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v8i2.5051>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5051>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- ASSOCIAÇÃO FANM NWA. **Identidade Visual da Associação Fanm Nwa**. 2021. Instragram: @fanmnwa10hb. Disponível em: <https://www.instagram.com/fanmnwa10hb/>. Acesso em: Acesso em 23 fev. 2022.
- AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]**, 1997, n. 39. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000100009>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 119–143, 2017. DOI 10.20947/S0102-3098a0017. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/887>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- BOHÓRQUEZ, C. P. P. **Relaciones de género y participación comunitaria de mujeres inmigrantes en Chile: el caso de las mujeres peruanas que pertenecen a colectivos de inmigrantes en la región metropolitana**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidad de Chile, Chile, 2010.
- BRASIL. **Decreto Nº 528, de 28 de Junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 de fev. de 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 22 de fev. de 2022.
- BRASIL. **Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm). Acesso em: 22 de fev. de 2022.
- BRASIL. **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 22 de fev. de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113445.htm). Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/lei/113982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/113982.htm). Acesso em: 22 de fev. de 2022.

BRASIL. **Resolução Normativa Nº 97, de 12 de janeiro de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN\\_CNIG\\_2012\\_97](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN_CNIG_2012_97). Acesso em: 22 de fev. de 2022.

CASTIGLIONI, A. H. Migração: abordagens teóricas. In.: ARAGÓN, L. E. (org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, M. S. B. S.; MARCHIORO, P. F.; CORDOVA, L. P. Imigração haitiana em Curitiba e crise econômica: o emprego estratégico das redes migratórias e os capitais de mobilidade em contexto de crise. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 165–195, 2019. DOI 10.30612/rmufgd.v8i16.11048. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11048>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CAZAROTTO, R.T.; MEJÍA, M. R. G. Análise da repercussão socioespacial da imigração haitiana numa pequena cidade do Rio Grande do Sul – Brasil. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 170-186, jan. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v45i1.52355>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/52355>. Acesso em: 02 abr. 2023.

CLARO, C. A. B. Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: Avanços e Expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 26, set. 2019/abr. 2020. Disponível em [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9820/1/BEPI\\_n26\\_Estatuto.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9820/1/BEPI_n26_Estatuto.pdf). Acesso em: 24 maio 2022.

COELHO, S. L. Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. **Repositório Aberto**

Universidade do Porto - IS Working Papers, n. 29, 2008, p. 18. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/54835>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CORRÊA, M. C. B. **Imigrantes haitianas na cidade de Manaus: mundos do trabalho informal, redes e sociabilidades (2010-2019)**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2020.

COSTA, G. Memória da chegada de imigrantes haitianos em Manaus, 2010 – 2014: presença da Pastoral do Migrante. **Cadernos de Migração 8**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2016.

DACILIEN, R. **Condições de vida dos imigrantes haitianos no Centro de Acolhimento da Pastoral de Migrante, Manaus/AM**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2020.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

DALLARI, D. A. **O que é participação política?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

DANTICAT, E. **Adeus, Haiti**. Rio de Janeiro: Agira, 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo Editora, 2017.

DE MARCHI, J.; MORAES PINHEIRO, D.; PAGANI, C. O papel das associações comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 13, n. 3, 2021. DOI 10.21118/apgs.v13i3.10764. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/10764>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DÉUS, F. R. Migração haitiana em São Paulo pós-terremoto de 2010: a religião como suporte. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 203–232, 2017. DOI 10.20396/tematicas.v25i49/50.11134. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11134>. Acesso em: 3 abr. 2023.

DIEME, K. O Haiti e suas migrações. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 17–48, 2017. DOI 10.20396/tematicas.v25i49/50.11127. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11127>. Acesso em: 16 mar. 2023.

DOMINGUES, P. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 67, pp. 251-281, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100012>. Acesso em 9 ago. 2022.

EGA, F. **Cartas de uma negra**. São Paulo: Todavia, 2021.

ELHAJJI, M.; DOMINGUES, C. Mulheres, migrantes e militantes: a busca por uma voz própria. **Revista Ambivalências**, v. 6, n. 11, p. 192-214, jan. jun. 2018.

EVARISTO, C. **Conceição Evaristo sobre sua candidatura à Academia Brasileira de Letras**. 6 set. 2021. Twitter: @rodaviva. Disponível em: <https://twitter.com/rodaviva/status/1435049805294735362>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FEIRA INTERNACIONAL DE EMPREENDEDORES. **FIE Manaus**. 2021. Instagram: .@fiemanaus. Disponível em: <https://www.instagram.com/fiemanaus/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

FERNANDEZ, C. C. G.; MATOS, M. I. S. Associativismo, resistência e cultura: bolivianos em São Paulo / Brasil. **Naveg@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas**, 2021, n. 27. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8108463>. Acesso em: 12 ago 2022.

FERRARINI, A. V.; GAIGER, L.; VERONESE, M. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno C R H**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 89-104, jan./abr. 2017.

FIORENZANO, O. H. C.; BARROS, C. R. Migração e diáspora: breve análise da mobilidade haitiana e suas contribuições para a Psicologia. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 12, p. 95-111, 20 mar. 2022.

FRANÇA, C. A Pastoral do migrante em Manaus: experiências e desafios. *In.*: SILVA, S. A. (org.). **Migrantes em Contexto urbano: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 20210.

FREITAS, M. I. A. **De vivências e conversas: o protagonismo feminino na migração venezuelana**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Amazonas. Amazonas, Manaus, Amazonas, 2020.

GOHN, M. G. Pluralidade da representação na América Latina. **Sociedade e Estado**. v. 29, n. 1, jan/abr, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100005>. Acesso em: 23 fev. 2022.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALO, A. B. Melissa Network, un espacio material y simbólico donde las narrativas de las mujeres migrantes y refugiadas se convierten en actos de emancipación. **Teknokultura** 15(2), 311-324, 2018.

GOTTARDI, A. P. P. **De porto a porto: o eldorado brasileiro na percepção dos imigrantes haitianos em Porto Velho-RO**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

G1 RIO. **Moïse Kabagambe: O que se sabe sobre a morte do congolês no Rio**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2015.

HANDERSON, J. Diáspora, sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, ano 21, n. 43, p. 51-78, 2015.

HANDERSON, J.; JOSEPH, R.-M. As Relações de Gênero, de Classe e de Raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16039>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MAFFIA, M. Migración y asociativismo de caboverdeanos en Argentina. **Cadernos CERU**, v. 26, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/111162>. Acesso em: 23 maio 2022.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER *et al.* (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco editorial, 2016, p. 229-251.

MAGALHÃES, M. L.; SCHEMES, C. Mulheres e o associativismo negro em Novo Hamburgo (RS). **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 9, dez 2013. Acesso em: 24 maio. 2022.

MARINUCCI, R. Feminization of migration? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**, v. 15, n. 29, set./2010, p. 5-22, Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55/47>. Acesso em: 9 jan. 2021.

MARTINS, I. M M. Geografia da Imigração Haitiana para o Brasil. **Revista Tamoios**, [S.l.], v. 14, n. 1, jul. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/30652>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MOURA, M. L.; COSTA-HÜBES, T. C. Processo de Ensino da Língua Portuguesa para Imigrantes Haitianos. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2017. DOI 10.23899/relacult.v3i3.591. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/591>. Acesso em: 28 jun. 2023.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NUNES, L. A. G.; ANTONELLO, I. T. Migração e Trajetória Haitiana em Território Brasileiro: um breve relato. **Revista Ciência Geográfica**. v. 25, n.1, jan dez 2021. Disponível em [https://www.agbbauru.org.br/revista\\_xxv\\_1.html](https://www.agbbauru.org.br/revista_xxv_1.html). Acesso em: 5 abr. 2023.

OLIVEIRA, M. M. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

PELLEGRINI, I. As profetizas do nosso tempo: acolhimento de mulheres migrantes na missão das irmãs scalabrinianas em Fortaleza-CE. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 30, n. 64, p. 251–256, abr. 2022.

PEREIRA, J. C. Acolhida a migrantes e refugiados: a ética da pastoral do migrante e desafios para a democracia no Brasil. **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], n. 79, p. 101–126,

2016. DOI 10.48213/travessia.i79.60. Disponível em:  
<https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/60>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PEREIRA, J. C. A. Levantados do chão, portadores de utopias: migração como processo social multidimensional. **Caderno CERU**, v. 32, n. 2, Série 2, dezembro 2021.

PETROZZIELLO, A. J. **Gênero em marcha**: Trabajando el nexa migración-desarrollo desde una perspectiva de género. Santo Domingo: UN WOMEN, 2013.

PINHEIRO, M. L. U. Da Proteção à Projeção: O Associativismo espanhol em Manaus (1901-1919). **História São Paulo**, v. 41, 2021.

RISSE, A. P.; MORÉ, C. L. O. O. Acolhimento e intervenção às famílias haitianas na perspectiva da abordagem multidimensional ecossistêmica comparativa. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 12, jul./dez. 2021.

ROSA, R. M. A construção da desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 14, n. 1, 2016.

ROSA, R. C. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, n. 55, p. 199–206, jan. 2019.

ROSÁRIO, L. V. C. **Atravessando fronteiras**: mulheres negras migrantes no Amapá. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2019.

SALLES, M. R. R.; BUENO, M. S.; BASTOS, S. R. Acolhida e hospitalidade na cidade: o caso do centro pastoral do migrante em São Paulo. **Cadernos de Pedagogia Social**, n. Especial, p. 118-135, 1 jan. 2015.

SANTIAGO, F. L. Associações de mulheres negras em Curitiba: das mutuais às políticas públicas. *In*: Encontro Regional de História da Associação Nacional de História Seção Paraná, 7., 2020. **Anais [...]**. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2020.

SANTIN, T. L. A dor se transforma em solidariedade. A Pastoral do migrante em Roraima. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 233–237, set. 2021.

SAYÃO, T. J. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 69, p.131-15, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em:  
<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SILVA, C. A.; MORAES, T. M. A Política Migratória Brasileira para Refugiados e a Imigração Haitiana. **Revista do Direito**, n. 50, p. 98-117, 5 set. 2016.

SILVA, K. S.; SILVEIRA, H. M.; MULLER, J. Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 281–292, maio 2018.

SILVA, M. A. M. Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo (1930-2010). **Artigos Sociol. Antropol.** v. 11, n. 02, maio/ ago. 2021.

SILVA, S. A. Entre o Caribe e a Amazônia: haitianos em Manaus e os desafios da inserção sociocultural. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 139–152, set. 2016.

SILVA, S. A. Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos?. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana - REMHU**, v. 23, n. 44, p. 119–134, jan. 2015.

SOLÉ, C.; SERRADELL, O.; SORDÉ, T. Ciudadanía en femenino. Aportaciones de las mujeres inmigrantes marroquíes, ecuatorianas y rumanas en España. **Revista de Estudios Sociales, Bogotá**, n. 47, p. 51-66, sep./dic. 2013.

VEGA, L. H.; RABADÁN, L. E. Asociacionismo inmigrante y nuevas formas de acción política. Facebook y la participación online de inmigrantes mexicanos en Estados Unidos. **Naveg@mérica**. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas [en línea]. 2021, n. 27. Disponível em: <http://revistas.um.es/navegamerica>. Acesso em: 12 ago. 2022.

UEBEL, R. R. G. O redirecionamento da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiana no início do século XXI. **Estudos internacionais**, Belo Horizonte, v. 4 n. 1, p.27 – 44, nov. 2016.

VASCONCELOS, I. S.; NASCIMENTO, R. “Acolher, proteger, promover e integrar”: desafios do Serviço Pastoral dos Migrantes de Manaus em tempos de pandemia. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, ano 34, n. 90, p. 101-120, jan/abr. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/thais/Downloads/971-Texto%20do%20artigo-1841-1788-10-20210430.pdf>. Acesso em: Acesso em: 12 ago. 2022.

VÉRAN, J. F.; NOAL, D. S.; FAINSTAT, T. Nem Refugiados, nem Migrantes: A Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga (Amazonas). **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 4, p. 1007–1041, out. 2014.

ZANATTI, A. W.; SIQUEIRA, J. F. R.; FÉLIX, R. G. Haitianos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul: a busca por uma integração humanitária. **Interações** (Campo Grande), v. 19, n.3, p. 471–486, jul. 2018.